



Rfb
Editora



COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

PERSPECTIVAS PARA REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 1

TIAGO SILVIO DEDONÉ
(ORG.)



COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

PERSPECTIVAS PARA REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 1

Tiago Silvio Dedoné
(Organizador)

Volume 1

**COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA
PÚBLICA: PERSPECTIVAS PARA REFLEXÕES
CONTEMPORÂNEAS**

Edição 1

Belém-PA



2021

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558891062>

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

C741

Comunicação, educação e segurança pública: perspectivas para reflexões contemporâneas / Tiago Silvio Dedoné (Organizador) – Belém: RFB, 2021.

Livro em PDF

70 p., il.

ISBN 978-65-5889-106-2

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062

1. Segurança pública. 2. Controle policial. 3. Polícia Militar. 4. Saúde mental. 5. Comunicação. 6. Educação. I. Dedoné, Tiago Silvio (Organizador). II. Título.

CDD 344.05

Índice para catálogo sistemático

I. Segurança pública

Nossa missão é a difusão do conhecimento gerado no âmbito acadêmico por meio da organização e da publicação de livros digitais de fácil acesso, de baixo custo financeiro e de alta qualidade!

Nossa inspiração é acreditar que a ampla divulgação do conhecimento científico pode mudar para melhor o mundo em que vivemos!

Equipe RFB Editora

Copyright © 2021 da edição brasileira.
by RFB Editora.

Copyright © 2021 do texto.
by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe).

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga - UFPA.

Prof. Me. Laecio Nobre de Macedo - UFMA.

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA.

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo - IFMA.

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva - IFPA.

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza - UFPA.

Prof.^a Me. Neuma Teixeira dos Santos - UFRA.

Prof.^a Me. Antônia Edna Silva dos Santos - UEPA.

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA.

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho - UFSJ.

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE.

Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares - UFPI.

Prof.^a Dr.^a. Welma Emidio da Silva - FIS.

Diagramação:

Danilo Wothon Pereira da Silva.

Arte da capa:

Pryscila Rosy Borges de Souza.

Imagens da capa:

<https://www.canva.com/>

Revisão de texto:

Os autores.

Bibliotecária

Janaina Karina Alves Trigo Ramos

Assistente editorial

Manoel Souza.



Home Page: www.rfbeditora.com.

E-mail: adm@rfbeditora.com.

Telefone: (91)3085-8403/98885-7730.

CNPJ: 39.242.488/0001-07.

Barão de Igarapé Miri, sn, 66075-971, Belém-PA.



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
CAPÍTULO 1	
SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL: REFLEXÕES DE INTERFACES VISANDO A BOA QUALIDADE PSICOSSOCIAL DO PROFISSIONAL POLICIAL MILITAR	11
Adriana Aparecida Fratta	
DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.1	
CAPÍTULO 2	
OFICIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: O PAPEL ESTRATÉGICO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA NA GESTÃO LABORAL DA POLÍCIA MILITAR	23
Fábio Natal Pimentel	
DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.2	
CAPÍTULO 3	
A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NA POLÍCIA MILITAR: TECENDO REFLEXÕES SOBRE ESTRUTURA DE IMAGEM	35
Luiz Ricardo dos Santos	
DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.3	
CAPÍTULO 4	
O PAPEL ESTRATÉGICO DA INTERSECÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO FÍSICA E EMOCIONAL NA AÇÃO LABORAL DO POLICIAL MILITAR.....	45
Luiz Ricardo dos Santos	
DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.4	
CAPÍTULO 5	
PROJETOS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA PROPOSIÇÃO POSSÍVEL	57
Sebastião Antônio dos Santos	
DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.5	
ÍNDICE REMISSIVO.....	67



APRESENTAÇÃO

A intersecção entre temas como tecnologias, comunicação, segurança pública e sociedade, sempre foi frutífera no âmbito das reflexões epistêmicas e das experiências de práxis social. Observar como o processo dialógico – que também podemos chamar de ecossistemas comunicacionais abertos –, a educação, a comunicação institucional, a política pública, a organização comunitária, se articulam em defesa de direitos sociais e garantia de proteção, são também aspectos que nos levam à reflexão. Este livro tem a missão de trazer perspectivas que interagem linhas de pesquisas que orbitam em torno da organização social e política em uma comunidade. E, nesta vertente, temos, por exemplo, apontamentos para o aporte reflexivo que pairam sob o manto da segurança pública. Sim, a Segurança Pública é um ator social ativo de extrema importância na sociedade. Seu papel, constitucionalmente importante na defesa das garantias de direitos e proteção ao cidadão, precisam ser constantemente pensados, analisados, permeando pelos caminhos de êxitos, desafios e, também, erros e complexidades. Nesta vertente da atuação laboral dos profissionais da Segurança Pública, nos desafia, portanto, a pensar sobre as questões de direitos humanos, políticas públicas, saúde do trabalhador desta área tão estratégica. O profissional policial – e outros que orbitam em torno da referência da Segurança Pública –, vivenciam muitas experiências de representações sociais, atuações laborais, que também podem acometer vertentes da saúde física e emocional, desconstruindo perspectivas da qualidade de vida. Este é um ponto refletido, em alguns momentos, em capítulos desta obra. Outro, o papel da Comunicação Social, pavimentando, de forma democrática, ferramentas para a transparência e o diálogo. A Educação também aproxima, em várias vertentes, da perspectiva laboral do tema da Segurança, assim como a Comunitária e Popular, que expressa-se como caminho para que crianças e jovens – através da apropriação da produção midiática – tenham possibilidades de legitimar o seu lugar de fala e de mobilização social. Portanto, a obra firma-se, apenas, como uma possibilidade de unir reflexões acerca da representação social dos profissionais desta área, no contexto do desenvolvimento social.

Tiago Silvio Dedoné

Mestrando em Formação de Gestores Educacionais pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID); Mestrando em Teoria Literária, pelo Centro Universitário Campos Andrade (UNIANDRADE). Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo; Licenciaturas em Pedagogia. Pesquisador membro da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação – ABPEducom. Membro do Grupo de Pesquisa do Núcleo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade - NEETS, da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Professor na Educação Básica.



CAPÍTULO 1

SAÚDE FÍSICA E EMOCIONAL: REFLEXÕES DE INTERFACES VISANDO A BOA QUALIDADE PSICOSSOCIAL DO PROFISSIONAL POLICIAL MILITAR

Adriana Aparecida Fratta¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.1

¹ Policial Militar. Superior Tecnólogo Gestão em Segurança Pública. Pós - Graduação em Segurança Pública

RESUMO

A prática constante do exercício físico faz-se estrategicamente importante para o bom desempenho do profissional que atua na vertente da Segurança Pública, especialmente o Policial Militar, que carrega alta carga de tensão diária, em razão de espontâneos eventos o qual ele precisa estar preparado para enfrentar. Este preparo, além do aspecto condicionamento físico, também é emocional. Estão interligados. Este artigo se propõe a refletir a aptidão física relacionada à saúde no universo dos policiais, apontando desafios enfrentados. Para isso, foram levantados referenciais bibliográficos que tratam do tema, explicitando reflexões acerca do papel do condicionamento físico e emocional eficaz, bem como as complexidades que orbitam, como, por exemplo, a obesidade e patologias relacionadas; bem como a desestrutura emocional, como o estresse. A prática da atividade física constante faz-se necessário para, além do condicionamento físico, manter a normalidade do viés emocional.

Palavras-chave: Aptidão física relacionada à saúde. Exercício físico. Doenças crônico-degenerativas. Polícia militar

ABSTRACT

The constant practice of physical exercise is strategically important for the good performance of the professional who works in the area of Public Security, especially the Military Police, who carries a high load of daily tension, due to spontaneous events which he needs to be prepared for. This preparation, in addition to the physical conditioning aspect, is also emotional. They are interconnected. This article aims to reflect the physical fitness related to health in the universe of the police, pointing out the challenges faced. For that, bibliographical references were raised that deal with the theme, explaining reflections about the role of effective physical and emotional conditioning, as well as the complexities that orbit, such as, for example, obesity and related pathologies; as well as emotional disruption, such as stress. The practice of constant physical activity is necessary to, in addition to physical conditioning, maintain the normality of emotional bias.

1 INTRODUÇÃO

O objeto de estudo desta reflexão é a intersecção entre a prática do exercício físico – e seus respectivos benefícios – na construção de uma saúde de qualidade para os profissionais que atuam na complexa e dinâmica funcionalidade da Segurança Pública: os Policiais Militares. Sabemos que a má qualidade de vida e a desestrutura física e emocional pode levar a danos muito sofríveis e até irreversíveis para o profissional e para a empresa ou corporação onde ele atua profissionalmente. Não é difícil encon-

trar, no universo da Segurança Pública, profissionais que vivenciam a experiência da depressão, da desestabilização emocional, que são decorrentes de uma péssima condução na qualidade de vida, atingindo, com prejuízos sociais, diariamente, não apenas a relação do sujeito com os demais companheiros de trabalho, mas, também, a relação com a unidade familiar, trazendo prejuízos para ambos.

Isso se caracteriza pela dificuldade de gerenciar crises e pela absorção constante do peso emocional que estes conflitos apresentam. A estabilidade emocional é uma condição necessária constante para se estabelecer o sucesso da atuação profissional. Portanto, cuidar da relação psicossocial é uma demanda para a consolidação da qualidade de vida destes profissionais.

Mas não é só esta perspectiva. Há, também, outro viés estrategicamente importante, que se relaciona com a saúde emocional: o enriquecimento da saúde física. Cada vez mais a população torna-se refém das “facilidades tecnológicas” que acabam trazendo um suposto e perigoso conforto. Hoje, com automóveis, elevadores, internet, utensílios tecnológicos que facilitam nossas vidas agilizando o tempo, nós não precisamos de tanta energia para direcionar aos fins de sobrevivência, restando, portanto, muita energia acumulada. Energia esta que será depositada em nosso organismo em forma de gordura – um dos principais fatores precursores da obesidade, diabetes, coronariopatias, entre outras patologias que desestabilizam a saúde física.

O profissional de Segurança Pública precisa estar em constante consonância com a preparação física, promovendo um cronograma de atenção diário, para evitar problemas de saúde mais sérios; bem como, também, para diminuir estresse e desestabilização emocional que acarretam em problemas no trabalho e na unidade familiar. É preciso uma intersecção que promova um exercício afirmativo. Portanto, a prática do exercício físico faz-se estrategicamente benéfico para os profissionais deste setor fundamental para a sociedade.

O Policial Militar, por exemplo, desde o seu processo de entrada na corporação, já percebe a urgência de uma condição física adequada. O próprio processo seletivo já tem, entre as suas especificidades para o levantamento da pontuação e aprovação, avaliação do âmbito físico. E essa relação do profissional com os exercícios acaba sendo uma constância durante toda a vida profissional e pessoal, já que se afirma uma conscientização sobre a intersecção desta prática com a qualidade de vida. O profissional acaba realizando treinos, corridas, práticas nas academias. Mas não é uma regra geral. Há, também, os que ao passar nos processos seletivos (concursos), abandonam esta prática e acabam acumulando não apenas gorduras e patologias físicas como, também, acarretam amplos processos de desestabilização emocional. E, em conseqüência, tra-

zem prejuízos diversos, inclusive na própria condução do trabalho, prejudicando as relações sociais entre membros da família ou colaboradores companheiros de trabalho. A própria prestação do serviço público acaba, portanto, tendo prejuízos na atenção. Um policial obeso, por exemplo, teria dificuldades em certas operações; um profissional com crise de pânico e depressão teria ainda desestabilização na operação dos trabalhos e na vida pessoal. Portanto, é preciso respeitar este binômio que se opera entre a prática constante do exercício físico e as ações de proteção a saúde mental. São elas que operam a qualidade de vida.

Patologias hipocinéticas (diabetes, hipertensão, colesterol alto, depressão, doenças cardiovasculares, entre outras) desarmonizam a qualidade da saúde do sujeito, estabelecendo um pólo negativo da saúde; ao tempo em que, o bom condicionamento físico/aptidão física harmoniza para o pólo positivo da saúde (PITANGA, 2010). Portanto, é inquestionável que o estilo de vida – nível de atividade física e alimentação, por exemplo – tende a melhorar o nível de aptidão física relacionada à saúde das pessoas.

Por vezes, a elevada carga horária de trabalho e, substancialmente, o estresse enfrentado em razão da própria natureza laboral do policial militar, pode propiciar uma disposição ao desenfreamento psicossocial e físico. É em razão disso que a ação da atividade física como mecanismo de alívio do estresse, entre outras práticas que direcionem a ótica social do sujeito, podem contribuir com a melhora na qualidade de vida. Segundo Danna e Griffin (1999 apud GONÇALVES, 2006, p. 3):

“Ademais, observa-se que baixos níveis de saúde e bem-estar no trabalho podem levar a consequências danosas tanto para o indivíduo quanto para a empresa, e que trabalhadores com baixo nível de saúde podem ser menos produtivos, apresentar menor capacidade de decisões e ficar mais predispostos ao absenteísmo”.

Esta reflexão faz sentido, principalmente, quando observa-se que no universo de atuação dos profissionais de Segurança Pública há uma constância nos afastamentos, a pedido, para tratamentos de saúde, principalmente no que tange ao aspecto emocional. São sensíveis estes debates, mas, também, em muitos casos, profissionais buscam estender uma permanência nesta situação de vulnerabilidade, justamente porque não aceitam seu estado ou têm receios de enfrentarem problemas no trabalho.

2 OBESIDADE, SOBREPESO E OUTRAS VULNERABILIDADES

Sem dúvidas, este é um problema que assola a população em várias partes no mundo. O prejuízo advindo da obesidade é diverso, múltiplo. E, além de desestruturar a qualidade de vida do sujeito e a estrutura emocional, também é fator presente e justificável da incapacidade laboral. E, como destacamos anteriormente, esta condição não está apartada dos profissionais que atuam na Segurança Pública. Infelizmente, até

é constância. Mas, na prática, o que é esta patologia e como ela desconfigura a qualidade de vida?

O excesso de gordura também pode estar associado a incidência de outras doenças crônico-degenerativas. Principalmente, junto ao acúmulo de gordura abdominal, pois oferece a maior possibilidade de risco à saúde. Entende-se por sobrepeso o excesso de peso corporal de uma pessoa não dependendo de quaisquer que seja o componente variado. Simão (2008) diz que os fatores que auxiliam na prevalência de doenças hipocinéticas, no caso a obesidade são não apenas a ingestão excessiva de alimentos e a falta de atividade física, mas, também, a genética, meio ambiente e a condição social.

Guiseline (2004) também enaltece que entre os fatores da obesidade estão: alterações orgânicas, vida com “altos e baixos”, desajustes psicológicos, dificuldades de relacionamentos com amigos, comprometimento no nível de coordenação motora, falta de estímulos para fazer exercícios. Percebe-se que muitos destes fatores estão bastante relacionados, como, por exemplo, a vulnerabilidade na coordenação motora que está relacionada à falta de exercícios.

De acordo com Glaner (2003) vários fatores podem explicar o conceito de saúde e suas intervenções na condição da qualidade de vida do sujeito. Algumas delas: as condições inadequadas de trabalho, o ambiente familiar – que pode experienciar processos de desestruturas e enfrentamentos -, as dietas inadequadas – bastante utilizadas em razão do pouco tempo para o cuidado com o corpo -, a falta de informação e conhecimentos acerca dos hábitos saudáveis e até mesmo pouco acesso aos serviços de saúde. Estas são apenas algumas, o que nos concede a percepção clara de que não há apenas um atributo que explica as vulnerabilidades na construção da boa condição de saúde. A atividade física, isolada, não é a única percepção curativa para promover saúde ou extinguir doenças. Ela não é a única via de acesso para a qualidade de vida, mas, fundamental para pavimentar o processo de melhorias no bem estar. E, esta construção de bem estar, se pauta na iniciativa autônoma do sujeito que precisa decodificar o que é melhor para sua condição e buscar os caminhos e soluções que concretizem. Portanto, apesar de todos os fatores que contribuem com a desconstrução da qualidade de vida, entre os quais a condição de trabalho, é nas mãos do próprio sujeito que encontra-se a ferramenta para redirecionamento estratégico: a determinação.

Para que se amplie a informação da reflexão, a atividade física pode ser diversa e envolve qualquer ação de movimento corporal causado por uma contração muscular que resulta em um gasto de energia (GUISELIN, 2004, p. 15). Jogos, lutas, danças, corridas, esportes, lazer, deslocamentos domésticos e no trabalho, entre outros. Esta atividade física não estruturada – que consiste naquelas ações comuns do dia a

dia, como citadas anteriormente, servem para proteção contra o desenvolvimento ou avanços das patologias hipocinéticas, bem como amplia o bem estar, autoestima, melhora a saúde mental e a qualidade de vida.

Enquanto que atividades físicas estão catalogadas em um patamar de conceituação abrangente, o conceito de exercícios físicos direciona a compreensão a um aspecto mais voltado ao aumento do condicionamento. Uma das formas mais comuns de classificar o exercício físico é perceber a quantidade de músculos envolvidos durante a prática e, conseqüentemente, a mobilização enérgica – aumentando a temperatura corpórea. Estas conceituações estão bastante relacionadas a uma outra perspectiva que aporta-se na vida dos que praticam os exercícios em busca de qualidade de vida: a aptidão física, que está relacionado a capacidade de produzir uma grande quantidade de atividade motora, dinamizando o conceito de saúde física.

Esta aptidão física se embasa em algumas qualidades: resistência cardiorespiratória, resistência e potência muscular, flexibilidade, composição corporal, velocidade, agilidade, equilíbrio e tempo de reação. Elas estão relacionadas às atividades físicas relacionadas à saúde. Observe, portanto, neste caminhar epistêmico, o quanto há uma relação ampliada entre todas as especificidades que aportam-se na qualidade de vida, pautando-se pelo viés dos exercícios e das atividades físicas para construção do bem estar e da produtividade, com o viés da profissionalização do agente de Segurança Pública. Não possibilidade de desconexão.

No universo das atividades físicas e da aptidão física, a qual estamos, aqui, conceituando para dar sustentação à reflexão, também há outra esfera importante de ser analisada: a Atividade Física Relacionada à Habilidade Atlética (PITANGA, 2010). O autor relaciona estes campos pautando-se pelos seguintes componentes: capacidade anaeróbica, velocidade, força explosiva, agilidade, entre outras. Portanto, esta aptidão física está relacionada a condição estabelecida no processo de proteção à saúde.

Os sujeitos ativos no âmbito citado, comparados com sujeitos que vivenciam a condição do sedentarismo, tendem a desenvolver um nível mais alto de aptidão física e, em consequência, tendem a ter uma qualidade de vida mais acentuada, protegendo-se de doenças crônico-degenerativas (hipocinéticas), incluindo doenças coronarianas. Outro aspecto importante que também está relacionado a construção do condicionamento é a capacidade cardiorespiratória, denominada, também, como função cardiorespiratória, que consiste na capacidade do organismo em se adaptar em exercícios físicos com duração alta, envolvendo uma grande quantidade de músculos, mas, nutridos com eficiência pelo bombeamento sanguíneo.

Isso estrutura a força e resistência muscular, auxiliando na manutenção da saúde, ampliando a disposição, melhorando o sono, prevenindo dores musculares e possibilidades de doenças ou rupturas, melhorando a flexibilidade e, até mesmo, reestruturando ou instigando reavaliações da composição corporal, podendo ser definida como sendo uma análise da quantificação dos principais componentes estruturais do corpo humano (minerais, carboidratos, lipídios, proteínas, água), essenciais para diminuir vulnerabilidades do organismo. Mas, também, é entendida como uma quantificação do corpo humano no aspecto de massa de gordura e massa corporal. A composição do corpo inclui vários fatores essenciais para uma interligação e bom funcionamento. Quando algo está em desconexo, há a apresentação de problemáticas. Portanto, a estrutura do corpo é como uma máquina que necessita, periodicamente, de pressão o seu desenvolvimento pleno, mas, também, de cuidados, para que o desenvolvimento do seu trabalho seja pleno. O exercício físico faz parte de uma construção periódica até chegar a um estado de aptidão que eleva o nível de construção da qualidade de vida. Portanto, as especificidades que orbitam em torno deste sentido são múltiplas, levando em consideração os aspectos sociais, condição laboral, disposições históricas de saúde e várias outras vertentes que podem ajudar a construir ou desconstruir o conceito de saúde física.

3 A IMPORTÂNCIA DO PM CONHECER SEU CORPO, LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES PARA QUALIDADE

É preciso conhecer o corpo, o limite, a necessidade de pedir ajuda, de entender que os prejuízos da falta de qualidade ultrapassa o estado individual, podendo atingir outros atores como a família, os amigos, o próprio trabalho. Sem contar que pode colocar em risco a sua própria permanência no ambiente laboral. Como não somos máquinas, precisamos cuidar do corpo e da mente sequencialmente. Isso porque patologias diversas não escolhem hora e nem dia para apresentar-se. Em razão disso, a prevenção é fundamental.

Policiais Militares e outros agentes de Segurança Pública são funcionários públicos concursados e com a obrigação de cumprir os preceitos constitucionais de proteção à vida. Mas, além da vida do outro, também precisam olhar para suas possíveis vulnerabilidades físicas ou emocionais, para cuidar e estar sempre pronto para o desempenho de suas funções com qualidade. É nesta esfera que este artigo busca refletir. Desde o início desta reflexão, aponta-se as especificidades do corpo, conceitos que tentam explicar este binômio atividade física e qualidade de vida, tão essenciais a todos, mas, principalmente, para aqueles que atuam diretamente usufruindo o corpo e a mente em ações de conflitos constantes, como, por exemplo, enfrentamentos e situações de crise.

Assim como presenciamos muitos policiais e profissionais de segurança que têm, nos exercícios físicos e nas atividades de integração, como, por exemplo, os jogos, treinos, e outros, também presencia-se uma quantidade de profissionais que não cuidam da saúde, tornando-se obesos, alimentando-se inadequadamente, fumantes e adeptos a outros vícios que podem prejudicar a qualidade de vida, tão desejada. O desempenho físico de obesos ou fumantes, em comparação com os não obesos e não fumantes é notório e bastante significativo. Há, ainda, um outro aspecto que assombra a vida dos profissionais de segurança: a depressão/instabilidade emocional, que, muitas vezes, são ocasionadas justamente pela necessidade de enfrentamento à bandidos e situações adversas de criminalidades e tensões, as quais os profissionais de segurança são a referência maior de solução, esperada pela população. A instabilidade emocional é um fator muito sério.

Quando estão inativos, os profissionais de segurança acabam desacelerando ainda mais sua ação de cuidado com a saúde, o que prejudica a qualidade das condições físicas e morfológicas, já que acabam tendo um nível de estresse superior. Quando uma pessoa comum apresenta uma realidade situacional de composição corporal desarmônica, ela acaba ficando pré-disposta ao desenvolvimento de uma série de doenças psicossociais como estresse alto, depressão, ocasionando a outras patologias como problemas de pressão alta e infarto. São traumas emocionais que desestabilizam a normalidade estabelecida e suportada pelo organismo.

Agora, esta mesma situação, quando vivenciada por policiais acabam tendo uma dimensão de ação e reação muito maior. O estado emocional – social deste profissional vivenciou toda uma vida de experiências de enfrentamento e tensões – até mesmo colocando, por vezes, a sua própria vida em risco - que ampliam a ótica direcionada ao conceito da depressão, potencializando a desestabilização.

Ainda envolto ao aspecto psicossocial, diante da sua constância e importância no âmbito da reflexão, os profissionais de Segurança Pública que apresentam Transtornos de Estresse Pós – Traumático, são os que apresentam maior risco de desenvolvimento de síndromes metabólicas e outros problemas de saúde, imobilidade (sensações de imobilidade voluntária), paralisia e analgesia (ocorridas diante de situação traumática) e dissociação peritraumática (incapacidade de integrar à consciência a situação traumática que está sendo vivida). Mas não são apenas estas intervenções diretas que assombam a vida dos profissionais de segurança com transtornos.

No que tange ao aspecto físico, é possível apontar uma escala de prejuízos à saúde dos policiais em três perspectivas. A primeira, refere-se às denominadas causas externas, referentes ao número de lesões incapacitantes temporárias e permanentes,

frutas de enfrentamentos dentro e fora das Corporações. A segunda perspectiva, busca refletir sob o viés do estilo de vida deste profissionais de Segurança Pública, atendo-se aos aspectos como: alimentação desbalanceada, irregularidade de rotina de sono e sedentarismo. Já na terceira e última perspectiva para o levantamento analítico, permeia pela combinação de fatores ou riscos referentes o estilo de vida, sobretudo os distúrbios osteomusculares, gastrointestinais e as enfermidades crônico degenerativas, destacando-se as enfermidades cardiovasculares. E ainda há a intersecção entre patologias médicas de ordem física com as patologias e sofrimento de ordem mental/psicossocial, o que é confirmado pela literatura internacional.

Evidenciar os problemas de saúde física e mental dos policiais possibilitando extrair subsídios para estabelecimento de prioridades relacionadas à promoção da saúde, de mecanismos de prevenção de agravos e de parâmetros para melhoria da qualidade de vida, são algumas das proposições que se fazem necessárias. Mas é preciso que, também, se estabeleça um planejamento estratégico coordenado pelo próprio profissional (perpetuando a sua identificação de condição e vontade de sobressair às problemáticas e melhorar a saúde), e pelo próprio organismo institucional, operacionalizando ações periódicas de investigação, monitoramento e cuidados com a vida dos profissionais.

Este planejamento, periódico, firma uma compreensão da instituição sobre a importância do controle das situações de risco dos profissionais, visando, sempre, uma melhoria ao ambiente de trabalho saudável. E essa é uma questão que envolve gestão, buscando prevenir, e apesar da alta complexidade que naturalmente já envolve a área, pode-se estabelecer caminhos de cuidados com a saúde física e mental dos colaboradores, resultando em ampliação da socialização eficaz e melhora no estado da prestação dos serviços. Portanto, faz-se necessário reforçar a necessidade de estratégias para fortalecimento emocional e de suporte social aos policiais, de forma que possa se modificar sua exposição individual e coletiva a fatores estressantes.

Entendemos que, se esse tipo de apoio é hoje considerado importante para o bom desempenho profissional de todas as categorias de trabalhadores, tanto mais o é para os policiais cujas atividades são de tanto elevado risco e tensão. É nesta vertente de reflexão que voltamos à legitimação do papel da atividade física como instrumento afirmativo para o ajuste corporal em todas as vertentes, do físico, ao emocional. Os efeitos orgânicos positivos advindos da prática periódica dos exercícios, ampliando aptidão, configura uma estratégia para garantir melhoras. Mas, não é só isso.

Como vimos, o corpo humano é como uma máquina que só funciona de forma eficaz com harmonia. E, essa, só se afirma, quando há uma leitura ampliada dos pro-

blemas, quando o sujeito percebe a necessidade de pedir ajuda e de buscar soluções para os conflitos psicológicos e físicos os quais ele está vivenciando; bem como, também, quando a própria corporação estabelece as ações para o fomento destas soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão a qual pontuamos, aqui, neste artigo, pairou sob a vertente da análise situacional dos conflitos e tensões psicossociais os quais os profissionais de Segurança Pública, em especial os Policiais Militares, vivenciam, na prática. Há um conjunto de tensões que aportam-se, diariamente, como um peso acumulativo, nas costas dos policiais. Diariamente, as funções desempenhadas por estes valorosos profissionais, é o da prevenção e o combate à criminalidade. Eles têm que equacionar conflitos, brigas, dialogar com coerência, tentar buscar soluções; bem como, muito mais severamente, enfrentar situações de risco, deparar-se com conflitos que até mesmo, em muitos casos, geram mortes.

Portanto, a vida laboral diária do profissional de Segurança Pública não é um mar de rosas contínuo. Precisa ter uma conexão poderosa entre o domínio do corpo – na vertente física e psicológica – e, ainda, uma disposição a mediação de conflitos, que também envolve um preparo para a rápida aplicação da psicologia da saúde. Justamente pela sua importância na defesa dos princípios constitucionais e na defesa da vida, que eles trabalham, como referência absoluta em uma comunidade. Os policiais são servidores que têm uma representação social, imagética, simbólica, muito importante, já que expressam o sentido das palavras “proteção” e “ordem”.

Mas, em razão desta tão especial função – que também é árdua e requer dedicação, preparo físico e psicológico -, que muitas vezes o profissional de segurança pública acaba encontrando desafios nesta condução laboral, que culmina em desestruturação da saúde física e mental. Este artigo busca chamar a atenção para esta vertente humana deste profissional. Suas complexidades, vulnerabilidades e especificidades do corpo humano diante da sequência de situações de conflitos. Busca-se, ainda, propor reflexões sobre planejamentos estratégicos orquestrados pelo próprios profissionais ou até mesmo pela corporação a qual está lotado, em busca de soluções para estes desafios.

REFERÊNCIAS

SELYE, H. Stress, a tensão da vida. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1956.

Silva, M. B., & Vieira, S. B. (2008). O processo de trabalho do militar estadual e a saúde mental. *Saúde e Sociedade*, 17(14), 161-70.

PITANGA, F. J. G. Epidemiologia da Atividade Física, do Exercício Físico e da Saúde. 3. Ed. São Paulo: Phorte, 2010.

GUISELINI, Mauro. Aptidão física, saúde e bem estar: fundamentos teóricos e exercícios práticos - São Paulo: Phorte, 2004.

SIMÃO, R. Fisiologia e Prescrição de Exercícios para Grupos Especiais, 3. ed. São Paulo: Phorte, 2008.

NUNES, As contribuições da prática regular de atividade e exercício físico no controle do estresse: Um estudo... 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade do Estado do Pará, Belém, 2011.

JESUS, G. M. de; JESUS, E. F. A. de; MOTA, N. M. excesso de peso em policiais militares de feira de santana, BAHIA, 2010.

GENTIL, Paulo. Emagrecimento: quebrando mitos e mudando paradigmas. Rio de Janeiro: Sprint, 2010. GUEDES, Dartagnan Pinto; GUEDES, Joana Elizabete Ribeiro Pinto. Controle do Peso Corporal: composição corporal, atividade física e nutrição. - 2. Ed. - Rio de Janeiro: Shape, 2003.



CAPÍTULO 2

OFICIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: O PAPEL ESTRATÉGICO DA ASSESSORIA DE IMPRENSA NA GESTÃO LABORAL DA POLÍCIA MILITAR

Fábio Natal Pimentel¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.2

¹ Bacharel em Ciências Contábeis. Bacharel em Ciências Econômicas. Pós - Graduação em Direito Militar

RESUMO

A Comunicação institucional é um dos mais desafiadores e estratégicos mecanismos dialógicos entre o povo (público alvo) e o organismo institucional. O objeto deste artigo é refletir sobre o papel da Assessoria de Imprensa (ou, Assessoria de Comunicação Social), nos espaços laborais da Polícia Militar, instigando ampliação informacional e transparência de dados, bem como mediatizando os planejamentos, operações e ações que integram o campo de ações da Polícia em prol da proteção à população e ordem pública e preceitos constitucionais da função do agente de segurança pública. Faz-se necessário, portanto, instigar análise sobre o papel da Comunicação ou Assessoria de Imprensa neste espaço organizacional, assim como já é ferramenta estratégica em vários outros órgãos públicos. O presente artigo busca explicitar sobre esta função que também integra o roteiro de funcionalidades dos profissionais policiais.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação Social; Assessoria de Imprensa; Estrutura de Imagem; Gestão Pública; Segurança Pública.

ABSTRACT

Institutional communication is one of the most challenging and strategic dialogical mechanisms between the people (target audience) and the institutional body. The object of this article is to reflect on the role of the Press Office (or Social Communication Office), in the Military Police working spaces, instigating informational expansion and data transparency, as well as mediatizing the plans, operations and actions that integrate the field. Police actions to protect the population and public order and constitutional precepts of the function of the public security agent. It is necessary, therefore, to instigate analysis on the role of Communication or Press Office in this organizational space, as well as it is already a strategic tool in several other public bodies. This article seeks to explain about this function, which also integrates the script of functionalities of police professionals.

KEYWORDS: Social Communication; Press office; Image Structure; Public Management; Public security

1 INTRODUÇÃO

O preceito da função pública é a transparência e o rico fluxo informacional. Além deste viés, atenta-se, ainda, a perspectiva do planejamento estratégico. Ou seja, as ações de utilidade pública e mobilização comunitária que aportam-se nos trabalhos dos servidores que atuam contribuindo com a construção do teor público. Este artigo apresenta uma destas ferramentas diversas responsáveis por esta iniciativa de ampliação de coeficientes comunicacionais: a Assessoria de Imprensa; ou, como muitos

órgãos públicos preferem chamar: Comunicação Social. Prefeituras, Câmaras de Vereadores, Poder Judiciário, e outros órgãos públicos contam com as contribuições do setor de comunicação que, entre suas especificidades laborais, destacam-se: a gestão da imagem, a comunicação com outros organismos institucionais, o fomento de ferramentas e mecanismos para a ampliação do diálogo com a sociedade civil, a organização de campanhas comunitárias, o contato direto com a imprensa para a alimentação de informações e prestação de contas, entre várias outras funções. Portanto, em todos os órgãos públicos, a gestão eficiente da comunicação institucional é fundamental.

A Polícia Militar, assim como todos os demais órgãos de segurança pública, também são organismos estruturantes do Estado que conta com o papel da Assessoria de Imprensa e/ Comunicação Social entre sua rede de funções. Faz-se necessário, portanto, observar que é justamente esta rede de disseminação de dados, oferta informacional do cotidiano do trabalho que propaga para a sociedade civil e demais órgãos institucionais o dia a dia dos serviços públicos de segurança.

Mas antes de adentrar, com um pouco mais profundidade sobre o papel da Assessoria de Imprensa nos batalhões da Polícia Militar, é importante permear pelo aspecto conceitual e historicidade desta área para fundamentar análises posteriores. Criada em 1906, por um jornalista americano chamado Ivy Lee, a profissão – ou função – de Assessoria de Imprensa (ou Assessoria de Comunicação) passou a existir oficialmente no Brasil apenas em 1914, com a criação do Departamento de Assessoria Ligh, um órgão criado para construir notícias sobre a sociedade brasileira e encaminhar para mídias em todo o mundo – uma espécie de agência de notícias -. Historicamente esta função foi bastante destacada durante o governo de Getúlio Vargas, onde os instrumentos persuasivos dos textos e produções de peças jornalísticas eram construídos para trazer à sociedade aspectos políticos em andamento naquele período.

Acabou consolidando-se como uma área de mercado profissional bastante promissora, adentrando com suas funcionalidades laborais em vários órgãos do poder público e em outras agências de socialização comunitárias. É uma área de trabalho muito atrativa pois possibilita envolver várias contribuições de profissionais de comunicação, como publicitários, marqueteiros, relações públicas, formados na área de sistemas de informação e jornalismo. Há autores que explicitam que o profissional jornalista é o mais importante para a consolidação de ações de assessoria; outros, defendem a integração e contribuição de várias áreas para que uma assessoria seja completa.

Fato é que a atribuição maior desta função de trabalho, realmente, está nas mãos dos jornalistas, já que são eles detém o conhecimento e as teorias específicas que dão aporte a intersecção entre o assessorado e as múltiplas mídias de interesse. Este uni-

verso interno midiático é de conhecimento dos jornalistas. Há teorias da comunicação, por exemplo, que explicitam até mesmo os rituais internos das redações jornalísticas e por decodificar bem este processo é que os jornalistas, geralmente, angariam os espaços das assessorias com mais facilidade. Mas não é via de regra. Profissionais de vários setores da comunicação ou administração, desde que tenham conhecimentos ou especialidades em comunicação, podem levar suas contribuições para este setor.

A Assessoria de Imprensa ou Comunicação Social, portanto, é um órgão que cuida de estruturar a imagem do assessorado, criando caminhos para ampliar o ecossistema comunicacional com as mídias abertas e com demais instituições ou atores sociais de interesse do assessorado, sempre objetivando – no caso dos órgãos públicos – esclarecer à comunidade sobre os serviços prestados e criar plataformas dialógicas com o público. Já numa empresa, por exemplo, este departamento (ou profissional) é o responsável por tornar os canais de comunicação entre patrão/colaboradores/fornecedores/clientes muito mais aberto e democrático, facilitando todo o processo de comunicação externa e interna.

É um setor absolutamente estratégico, pois com o aporte de pesquisas pode contribuir até mesmo com o redirecionamento de públicos alvos e de estrutura de marcas. Para Rivaldo Chinem, este poder de aproximação do assessorado (empresa ou órgão público) com as mídias abertas é que faz da Assessoria de Imprensa ou Comunicação Social, um canal atrativo para empresas e demais interessados nesta área. “ É um profissional que mantém contato regular com as redações, conhecendo os jornalistas (repórteres, pauteiros, chefes de reportagem e editores), seus interesses e a rotina de seus trabalhos. Sabe como funciona os fluxos de produção e os horários de fechamento (CHINEM, 2003, p. 12 – 13). Este profissional, tão estratégico, é o responsável por fazer o vínculo entre o assessorado e a mídia, mantendo o fluxo regular de informação, a transparência, promovendo o diálogo.

Não é nada fácil para uma pessoa comum ou instituição conseguir um espaço nos veículos midiáticos para disseminar seus dados, ainda mais se não há o suporte ou orientação de alguém que conheça os mecanismos e rotinas da produção e disseminação informacional; por isso, faz-se necessário este aporte de um assessor especializado. Para tanto, as instituições sociais, empresariais, do poder público, da segurança pública, religiosas, governamentais, ONG’s, entre outras, estão cada vez mais abrindo espaços em seus organogramas estruturais para adicionar em seus quadros de colaboradores os profissionais de comunicação estratégica, os chamados Assessores de Imprensa.

Segundo Maristela Mafei (2005), autora de várias obras literárias que tratam desta questão, para quem pensa que ser assessor é ficar sentado à mesa, produzindo tex-

tos e notas informativas, fazendo contatos, ligações para as redações para conseguir uma brecha nas publicações está enganado. Para ela este profissional reúne bem mais do que isso. É necessário ter domínio das informações, conhecer os jornalistas e outros profissionais que atuam na imprensa, saber como funciona a redação de cada veículo e detectar o que pode gerar notícia nas mídias. Ser um bom profissional de Assessoria de Imprensa é estar atento ao interesse do seu assessorado, a boa produção informação – de qualidade e com todos os dados possíveis – e um bom relacionamento com os veículos de comunicação clássicos ou contemporâneas.

Apesar da profissão de assessor de imprensa já existir há muitas décadas no Brasil, ela ainda sofre algumas discriminações ou preconceito de alguns veículos de imprensa que às vezes acabam minimizando a qualidade destas produções ou tirando a credibilidade do conteúdo, justamente por advir de órgãos públicos ou empresas que, em suma, tem o interesse de propor informações positivas do assessorado ou dos trabalhos desempenhados. Este conflito é antigo, mas, com o passar dos anos e o advento da internet, tem sido menor.

Até hoje há fontes relutantes em confiar no assessor de imprensa ou que desconhecem exatamente o seu papel e possibilidades de atuação, assim como há jornalistas bastante resistentes ao trabalho das assessorias - seja por experiências traumáticas, como por puro preconceito (DUARTE, 2003, p.90).

O Assessor de Imprensa / Comunicação Social sabe agir eticamente e entende que a assessoria não é uma ação meramente publicitária; mas, quem tem a missão social e cidadã de informar a população com informações relacionadas ao seu assessorado, sejam elas, boas ou ruins. Tudo é uma questão da forma. No âmbito dos órgãos relacionados ao poder público, o aspecto da disseminação de informações corretas tem uma cobrança ainda maior. Por isso, a Comunicação Pública – seja ela em que setor ou órgão for – tem um compromisso ético e social extremamente importante, já que comunicação é um bem público, de um poder imenso na configuração e produção dos sentidos e soluções.

Foi através da criação do Manual de Assessoria de Imprensa, impresso pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), que começou a discutir o profissional o trabalho e o papel deste profissional de maneira mais plena, contemplando e analisando suas especificidades. Isso fez com que ficassem distintas as áreas de ação do jornalista, tanto no âmbito da redação de mídia clássica, quanto nos espaços de produção das assessorias. Hoje, profissionais de várias áreas de formação, mas que tenham habilidades na produção de informação, podem atuar nesta área.

2 ASSESSORIA DE IMPRENSA EM ÓRGÃOS PÚBLICOS: VERTENTES E AÇÕES

Como já explicitamos neste artigo, o histórico das assessorias de imprensa está muito ligado as ações de comunicação públicas e suas intersecções e interesses. Sabemos que o assessor de imprensa, como o de uma prefeitura ou qualquer outro órgão do poder público, por exemplo, tem nas mãos a responsabilidade de trabalhar de forma integrada todas as estratégias e mecanismos possíveis para tornar clara a mensagem do assessorado para a população da comunidade onde está inserido.

O principal desafio do Assessor de Imprensa público é tornar o canal de comunicação entre o órgão governo e a população bastante positivo. O público alvo mais específico do poder público é a população para a qual ele trabalha. A imprensa, também precisa ter espaço privilegiado no tocante a um processo de encurtamento de laços comunicativos, mas, a Assessoria de Imprensa tem como meta trabalhar os mecanismos múltiplos de comunicação que relaciona o governo com o seu povo – no caso dos órgãos públicos -. Por vezes, as assessorias trabalham além de identificando os potenciais focos de divulgação positiva para o governo e promovendo transparência, também na sugestão de ações para que resulte em mais imagem e mais conexão com o público alvo. É muito comum os assessores de imprensa público criar projetos sociais ou educacionais, de conscientização e prevenção, com o intuito de contribuir com a ampliação do ecossistema comunicacional.

É um trabalho minucioso, detalhista, recheado de possibilidades e que instiga o profissional a intervir, de maneira ética, cidadã e comprometida, nas ações do poder público, pautando políticas públicas de comunicação. O assessor de imprensa de órgãos públicos trabalha não apenas identificando estes focos reais de notícias ou criando / plantando outros, mas, também, analisando os aspectos de retorno em estrutura de imagem, por meio de pesquisas e análises situacionais de cada órgão que compõem o poder público.

Quando estes mecanismos de comunicação associam-se com as ferramentas de uma assessoria de imprensa, ela logo acaba se tornando um dos principais instrumentos de disseminação de idéias, valores, sentidos, do assessorado. De acordo com Ricardo Viveiros (2007): “ O assessor deve ter o compromisso definitivo com a verdade de desenvolver a consciência de que a liberdade de imprensa é uma das principais conquistas das nações democráticas. A assessoria de imprensa, como canal entre a mídia e os sistemas sociais geradores de informação, não pode prescindir da credibilidade, valor fundamental ao cumprimento do seu papel na sociedade contemporânea (VIVEIROS, 2007, p. 26 – 27).

Portanto, este é um serviço público muito mais do que apenas o encaminhamento de releases, notas informativas e conteúdos outros para divulgação em veículos de mídia. Ela é, necessariamente, o aporte comunicacional do assessorado junto às mídias e junto à comunidade social onde ele está inserido. Para tanto, é necessário partir do pressuposto de que as intenções do assessorado precisam ser norteadas e prevalecidas de maneira que não estejam apenas explícitas, de forma parcial, mas, estejam sendo absorvidas de maneira positiva.

Há, então, a necessidades de estratégias de gestão de comunicação, identificando as especificidades de cada público alvo que orbita em torno do assessorado, propondo ações de estrutura de imagem e não se furtando do enfrentamento de situações de crise de imagem. “Um bom assessor de imprensa é aquele que conhece os limites éticos de sua atuação e não os ultrapassa. Não mente, não engana, não ameaça, não oferece vantagens a jornalistas em troca de inserção de reportagem positiva sobre seu cliente. Seu compromisso principal é sempre auxiliar o assessorado no contato com a imprensa, em busca da notícia correta (MAFEL, 2005, p.25).

3 COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Para que serve a Comunicação Pública? Como se comportam os aspectos que orbitam em torno de uma linha tênue entre as estratégias da comunicação organizacional e a política pública? Qual o papel dos setores de comunicação (Secretarias de Comunicação Social, Assessoria de Imprensa, Departamento de Marketing, Relações Públicas) na proposição de um ambiente dialógico de resultados afirmativos entre o poder público - e seus agentes de lideranças - e o seu público alvo - os cidadãos?- Estas são algumas das indagações que envolvem este binômio Comunicação e Política Pública.

Há uma variedade de terminologias - e vários satélites de apontamentos reflexivos - que orbitam em torno do papel da comunicação dentro destes órgãos. Primeiro, é preciso entender que o órgão da comunicação pública institucional requer uma gerência de profissionais aptos aos aportes profissionais capazes de analisar se as mensagens estão chegando de forma eficiente aos múltiplos públicos - e se há estreitos coeficientes dialógicos com estes públicos atendidos -.

É sabido que nem todos os órgãos públicos contam com profissionais tão diversos possibilitando esta intersecção de leituras e ferramentas. Aos que não contam, faz-se necessário buscar colaboradores que atuem na produção informacional, mesmo que formado em outras áreas. Isso porque a comunicação pública é um bem social e requer estratégias para a sua boa produção. Weber (2011) considera como atividades específicas desta área as que “abrangem forma de relacionamento da instituição como

usos de procedimentos, instrumentos e canais que permitem o diálogo personalizado entre um cidadão (ou um grupo restrito de cidadãos) e o agente público”. Sem dúvida, o anseio principal é proporcionar coeficientes dialógicos democráticos, para que a idéia, o conceito, o objetivo do organismo público se configure.

Fato é que o Assessor de Imprensa – dentro da vertente da Comunicação Pública - é mesmo um profissional que detém os conhecimentos informacionais. Ele trabalha a integração dos cenários sociais onde ele está inserido e a organização dos fluxos informacionais. O público principal de um assessor de imprensa público é o povo, a massa populacional. Portanto, o assessor pode, também, desenvolver amplas pesquisas e projetos comunitários cujo objetivo seja o de proporcionar ao assessorado mais condições de inter-relacionar com este público alvo, tornando o coeficiente comunicacional mais rico, aberto e democrático. O assessor de imprensa é o profissional estratégico necessário em todos os poderes públicos.

4 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL NA POLÍCIA MILITAR

Tecemos um embasamento teórico acerca do que é comunicação, comunicação pública, assessoria de imprensa e assessoria de Comunicação Social. Ambas as terminologias têm o mesmo princípio epistêmico e de práxis social. Esta intersecção de ações já é prevista em já é prevista num documento oficial e norteador de diretrizes na PM: o Vade Mecum de Comunicação Social e Cerimonial da PM-PR. No que tange, especificamente a esta disseminação informações e serviço, o documento enfatiza:

Art.44 - São objetivos da assessoria de imprensa:

- I. Manter a opinião pública permanentemente informada sobre as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar;
- II. Manter os respectivos comandos informados sobre os reflexos e repercussões internos e externos, em decorrência de notícias veiculadas sobre a Polícia Militar;
- III. Acompanhar operações de grande vulto, apoiando os trabalhos da imprensa local;
- IV. Colaborar com a agilização do fluxo de informações para a imprensa;
- V. Promover integração entre a Polícia Militar e a imprensa;
- VI. Monitorar as atividades de imprensa nas frações dos diversos segmentos de prestação de serviços da PMPR;
- VII. Acompanhar a produção de reportagens sobre a Polícia Militar;

VIII. Preparar o Policial Militar para se relacionar de maneira profissional com toda a mídia.

Já no artigo 45, do mesmo documento, destaca que:

A prestação de informações à imprensa deverá ocorrer através do oficial de Comunicação Social (OCS), dos oficiais porta-vozes ou militares que se encontrarem no comando de ações/operações ou ocorrências policiais militares, estes devendo se restringir ao fato objeto da informação, sem quaisquer comentários adicionais, principalmente aqueles de caráter pessoal (VADE MECUM 4 DE CERIMONIAL MILITAR DO EXÉRCITO, 2006).

Por ser um órgão do poder público extremamente importante para a consolidação de princípios de ordenamento social, proteção ao povo, combate à criminalidade, é um agrupamento de servidores públicos que reúne a confiança do povo. E, nesta esfera, a confiança é um elemento importante que facilita o fluxo informacional, a dinâmica dos atos de conscientização e coletividade. São agentes públicos de ampla representação social, presentes nas comunidades, nos conselhos comunitários diversos, nos eventos públicos. São uma espécie de base de sustentação para o bom andamento da unidade coletiva – a comunidade.

Faz-se necessário expressar que, frequentemente, a imprensa (veículos de comunicação) está presente nos batalhões da Polícia Militar, ou em outros órgãos da Segurança Pública, buscando informações, realizando entrevistas, ampliando dados, questionando sobre ações. E é dever do servidor público informar a imprensa e aos demais construtores de notícias sobre as atuações de trabalho permanente. Justifica-se, portanto, a importância de um profissional treinado para atender a imprensa. Este é o assessor de Comunicação Social ou Assessor de Imprensa. Estes Oficiais de Comunicação Social têm uma responsabilidade grande de apresentar informações, articular a ponte com as autoridades superiores para as entrevistas, fomentar a produção de releases e alimentar a imprensa com notas informativas.

O profissional de Assessoria de Imprensa tem de ser uma espécie de interface, um tradutor de sentimentos e anseios da opinião pública com relação aos serviços de uma empresa ou órgão público. Deve estar disponível o tempo todo para atender o colega que não escolhe a hora de a notícia acontecer. Em poucas palavras, podemos explicar que o assessor de imprensa é como um profissional que mantém contato regular com as redações, conhecendo os jornalistas (repórteres, pauteiros, chefes de reportagem e editores), seus interesses e a rotina de seus trabalhos. Sabe como funcionam os fluxos de produção e os horários de fechamento. (CHINEM, 2003, p. 39).

Os agentes, então, podem ser treinados, também, para esta comunicação eficiente. Além de propor a criação de ferramentas de mídia e atender a imprensa, os agentes também recebem informações, orientações, treinamentos sobre comunicação organizacional e pessoal, dentro de uma perspectiva de um diálogo afirmativo e dentro de uma perspectiva de atendimento às normativas estabelecidas no trabalho institucional.

No que tange à esta operacionalização prática no trabalho da Comunicação Social (ou, se preferir chamar, Assessoria de Imprensa), é possível enfatizar algumas estratégias importantes que compõem um Plano de Gestão de Comunicação: Produção de Releasés (textos informativos encaminhados à imprensa diariamente); Mailing list (contato direto com a lista de jornalistas, veículos de comunicação e demais profissionais da imprensa); Newsletter (Boletim Informativo, que pode ter uma periodicidade semanal ou diária e publicado em redes sociais ou veículos de imprensa); Assessoria de Imprensa (atendimento aos veículos de comunicação); Eventos e Conselhos (participação em unidades coletivas, como os conselhos comunitários), entre outras estratégias envolvendo a produção de comunicação e mídias digitais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Polícia Militar e outros órgãos de Segurança são servidores públicos extremamente importantes em todas as unidades coletivas e comunitárias. Suas ações de intervenção, proteção ao povo, combate ao crime organizado, são estratégicos no bom andamento e desenvolvimento de uma cidade, de um povo, de uma nação. Faz-se necessário lembrar-, neste campo reflexivo, sobre o papel do agente de segurança, inclusive, dentro das associações, grupos comunitários, movimentos populares, conselhos comunitários diversos. Sempre, atuando na perspectiva do debate e da proposição. Há, portanto, uma vertente analítica sobre a representação social, a imagem do policial e dos demais agentes de segurança pública em uma comunidade. São personagens que têm sua presença afirmativa e consolidada.

Neste viés, também é objeto de reflexão deste artigo aspecto da comunicação pública. Aliás, a Comunicação Pública é um bem social que pode-se considerar com um direito da sociedade. A transparência nos atos públicos e a divulgação e comunicação com os públicos alvos diversos são características essenciais da prestação de contas à sociedade. É por isso que há um setor estratégico que se faz presente em muitos órgãos de segurança pública - entre os quais, a Polícia Militar -: o Assessor de Imprensa; Assessor de Comunicação ou Oficial de Comunicação Social. Este profissional é preparado para entender os processos dos fluxos informacionais e delimitar as estratégias de implementação de mecanismos e ferramentas de disseminação dos dados da PM e da comunidade. Faz-se necessário, portanto, estabelecer uma compreensão de importância sobre este personagem na esfera pública.

Assim como todos os órgãos públicos como Prefeituras, Câmaras de Vereadores e outros organismos institucionais contam com a presença de profissionais responsáveis por produzir conteúdos, gerenciar a comunicação e estrutura de imagem, prestar contas no âmbito das informações, a Polícia Militar e outros órgãos de Segurança Pública também têm. Inclusive, a própria PM conta com documento norteador específico

para a atuação deste profissional, que pode ser formado nas áreas de jornalismo, ou outra área da comunicação, ou apenas uma especialização ou capacitação sobre quais são especificidades práticas desta ação estratégica.

A Comunicação Social, em todos os órgãos públicos, garantem o direito a uma democrática informação, auxiliando, inclusive, na solução de questões de prevenção e ampliando ecossistemas comunicacionais com o povo.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério Da Defesa. Exército Brasileiro. Secretaria Geral Do Exército. **Vade-Mécum De Cerimonial Militar Do Exército**. Vade-Mécum 04 - Guarda-Bandeira. Portaria do Comando do Exército nº 962, de 21 de dezembro de 2006.

MOREIRA, Rosa. ULHÔA, Eliane. **O Papel do Assessor**. Brasília: Fenaj, 1996.

DUARTE, Jorge. **Assessoria de Imprensa no Brasil**. In: _____. (Org.). **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica**. 2.ed São Paulo: Atlas, 2003.

CHINEM, Rivaldo. **Assessoria de Imprensa: como fazer**. 2ª edição. São Paulo: Summus, 2003.

MAFEI, Maristela. **Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia**. São Paulo: Contexto, 2005.

VIVEIROS, Ricardo; EID, Marco Antônio. **O signo da verdade: assessoria de imprensa feita por jornalistas**. São Paulo: Summus, 2007

WEY, Hebe. **O processo de Relações Públicas**. São Paulo: Sumus, 1983.



CAPÍTULO 3

A COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL NA POLÍCIA MILITAR: TECENDO REFLEXÕES SOBRE ESTRUTURA DE IMAGEM

Luiz Ricardo dos Santos¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.3

¹ Policial Militar da PMPR. Bacharel em Administração de Empresa e Administração Rural, Pós - Graduação em Direito Ambiental. Pós - Graduação em Direito Militar. Pós - Graduação em Armazenagem de Grãos e Segurança Alimentar. Pós - Graduação em Gestão Ambiental e Logística.

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer informações a respeito do papel da Comunicação Social em agências públicas, como a Polícia Militar, instigando uma reflexão sobre a importância da conexão dialógica enriquecida entre os órgãos públicos e a sociedade. Com o advento da internet e novos mecanismos de comunicação surgindo a cada dia, faz-se necessário, para todos os organismos de integração e socialização, mobilizar estratégias para construir caminhos que legitimem a transparência, o acesso às informações, a divulgação de utilidades públicas, entre outros aspectos. Para buscar ampliar esta reflexão, será utilizado aportes referenciais de pesquisadores da comunicação para que se estabeleça a estrutura de análise.

Palavras - Chaves: Comunicação, Segurança Pública, Informação, Tecnologias.

ABSTRACT

This article aims to bring information about the role of Social Communication in public agencies, such as the Military Police, instigating a reflection on the importance of the enriched dialogical connection between public agencies and society. With the advent of the internet and new communication mechanisms emerging every day, it is necessary, for all integration and socialization organizations, to mobilize strategies to build paths that legitimize transparency, access to information, the dissemination of public utilities, among other aspects. In order to broaden this reflection, referential contributions from communication researchers will be used to establish the analysis structure.

Keywords: Communication, Public Security, Information, Technologies.

1 INTRODUÇÃO

Os órgãos de Segurança Pública, como a Polícia Militar, têm o dever de proteger e guardar a sociedade, de acordo com as normativas constitucionais. Eles são importantes para garantir a ordem, a paz, combater a criminalidade, participar do processo de construção de uma comunidade, através dos debates nos Conselhos de Segurança Pública ou, até mesmo, presença em outros Conselhos Comunitários, como, por exemplo: a Educação, a Cultura, a Saúde, Agricultura e Meio Ambiente, entre outros. Os debates que ocorrem na esfera do poder público sentem a importância das contribuições reflexivas e informacionais da Polícia Militar em uma comunidade. Isso porque os policiais são referências em vários aspectos e, muitos deles, além da vertente da Segurança Pública, têm domínio e formação em outras áreas. E estão integrados, absolutamente, no contexto do desenvolvimento de uma cidade.

Faz-se necessário, portanto, entender o conceito de estrutura de imagem e representação social que os policiais naturalmente possuem. Representam o Estado. E sua missão protetora junto a sociedade. E nesta vertente reflexiva, atenta-se, ainda, a ideia de que há duas perspectivas que aportam-se na missão dos agentes de segurança pública: a primeira, a do caráter objetivo da atuação militar, que consiste na atuação direta, no uso dos recursos de inteligência e investigação, no combate aos criminosos, na ação direta de proteção ao povo. A segunda, a do caráter subjetivo, que consiste da representação social, na imagem do policial no cenário onde ele está inserido, no aspecto de referência em que ele subjetivamente transmite à comunidade. Este aspecto faz-se, também, estratégico na articulação de trabalho do órgão policial, já que gerar confiança ajuda no planejamento integrado - comunidade / polícia -. Abraham Maslow, psicólogo humanista, teceu pesquisas sobre as necessidades humanas e as organizou hierarquicamente em uma pirâmide, de forma que as necessidades básicas deveriam ser satisfeitas antes que outros grupos de necessidades se tornassem prementes. O segundo nível de sua pirâmide de necessidades é justamente sentir-se seguro, precedido apenas pelas necessidades fisiológicas (ENGEL et al, 2000). Assim, um aumento na sensação de segurança do cidadão deve ser prioridade para a Polícia.

Esta questão da segurança subjetiva que trata da representação social e da imagem do policial enquanto ator protetor em uma comunidade não depende, tão somente, da ação de policiamento ostensivo. Há outras formas de usufruir desta representação social de referência, como, por exemplo, projetos educativos, culturais, intervenções políticas e propaganda (aqui, entendido como Comunicação Social). Há um descrédito muito grande da população há muitos órgãos e agentes públicos. E isso se explica em baixa qualidade, atendimento desumanizado, corrupção, desvio de finalidade, e outras questões que minimizam estruturas de imagem destes órgãos e agentes nas diversas áreas públicas. A segurança não está apartada. Apesar de ser a referência na proteção, há relatos de erros de agentes que não correspondem com a missão nobre e constituição da corporação. Aliás, em todas as áreas do serviço público, não é difícil encontrar relatos de desserviços. Estes erros de muitos servidores deturpam as narrativas discursivas do policiamento subjetivo socializador, pois, acaba gerando receios nas estruturas de imagem dos agentes de segurança.

Por isso, faz-se necessário, cada vez mais, integrar os organismos comunitários para ampliar processos dialógicos, democratizar a presença da polícia como os recursos constitucionais de proteção ao povo, contribuir com as ações que ajudam a desenvolver a comunidade, nas várias áreas. Assim como, também, se faz necessário uma Comunicação Social afirmativa, que trabalhe na disseminação das informações possíveis e que estabeleça elos de diálogo entre organismo de segurança e a sociedade

civil; bem como, entre o organismo de segurança e outros agentes e serviços públicos que atuam em outras esferas, como a política pública.

Esta segurança subjetiva, que citamos anteriormente, pode ser gerada por muitos aspectos. Ao ouvir falar que a polícia está presente para protegê-lo, o cidadão se sente mais seguro; ou, ao ouvir falar que a cidade recebeu mais efetivo, veículos e equipamentos, a população se sente mais segura. Ao constatar que os profissionais de segurança estão inseridos em projetos sociais e comunitários, a população sente-se mais protegida. Portanto, há um aspecto de representação social importante, que aporta-se na estrutura de imagem destes servidores em uma comunidade. Esta relação imagética entre a atuação do agente e a comunidade, é um diálogo intrínseco cheio de sentidos.

O medo “subjetivo” do crime requer ações diferenciadas por parte da polícia, pois, sendo psicológicas, as ações devem ter o condão de alcançar essa sensação. Então ações ostensivas não bastarão. Goldstein comenta que esta impressão psicológica deve ser combatida com ações psicológicas, tendentes a manter na mente das pessoas uma idéia de que a Polícia pode protegê-los. (ALVES, 2006, p.17)

Esta sensação pautada em ações concretas de presença da identidade visual do agente de segurança pública em uma comunidade propicia o estabelecimento de uma transmissão de segurança.

Depreende-se que a população sentir-se-á segura se tiver uma polícia que irradie segurança, o que é conseguido com ações policiais de sucesso, com divulgação e conhecimento de resultados positivos na prisão de marginais e também, por meio da internalização, pela sociedade, de uma imagem altamente positiva quanto à eficiência dessa polícia. (ALVES, 2006, p.18)

A representação social – que aliás é uma importante área de pesquisa das ciências humanas e sociais – vem ao encontro do questionamento sobre como a sociedade enxerga, dialoga e deposita confiança nos agentes de segurança pública. Esta leitura subjetiva norteia processos consolidação de sentidos e de estruturas de imagem.

2 A COMUNICAÇÃO SOCIAL E SUAS ESPECIFICIDADES

O que é Comunicação Social e como se operacionaliza dentro da esfera do poder público? Pode-se responder esta pergunta levantando a reflexão sobre o papel da informação para organizar a sociedade, mante-la informada e torná-la participativa e integrante. No que tange aos órgãos públicos, faz-se necessário observar que a comunicação livre e democrática é um direito constitucional. Mais ainda, quando relaciona-se com atos na gestão pública, ou, na atuação de servidores públicos. Comunicação, portanto, é a essência de um processo de construção democrática. Neste viés, observamos órgãos públicos como: governos (municipal, estadual e federal); universidades e centros de pesquisas; poderes constituídos (legislativo, executivo e judiciário), entre outros órgãos, contarem com as contribuições da Comunicação Social para divulgar

seus trabalhos, promover conscientização e chamamentos públicos, disseminar uma utilidade pública.

A Comunicação Social, em órgãos públicos, se perpetua como um garantidor de direitos, já que ela lembra a população de seus direitos e deveres; e mantém a sociedade informada – e é sempre bom lembrar que informação é um bem muito valioso -. Alguns órgãos públicos, por exemplo, contam com departamentos ou profissionais formados em alguma das áreas da comunicação (Jornalismo, Relações Públicas, Comunicação Institucional, Marketing, Publicidade e Propaganda, Comunicação Digital, e outras), que mobilizam os planos de gestão de comunicação organizacional. Este Plano, ou manual de ação estratégica, norteia todo o trabalho do ciclo informacional do órgão, disseminando, continuamente, os conteúdos sobre os serviços para a comunidade.

Esta área, dentro dos órgãos públicos, são necessários e fundamentais. Primeiro, porque analisa uma vertente discursiva sobre como se operacionaliza o ecossistema comunicacional (ampliação dialógica do órgão com os públicos alvos); mas, também, atua diretamente na produção da informação através de recursos tecnológicos e programas, como: Redes Sociais, Portal de Notícias, Grupos em aplicativos de interação, encaminhamento de sugestão de pauta para a imprensa clássica (jornal, revista, rádio), entre outras formas de produção e disseminação de conteúdos. A internet democratizou, e muito, os acessos às informações; bem como, também, agilizou a resolução de problemas de crises de imagens, proporcionando condições para a rápida resposta em casos de conflitos informacionais que possam desconstruir sentidos. A Comunicação Social de um órgão público atua nesta vertente discursiva: a de produzir e gerar conteúdo, atender a imprensa, fomentar diálogos com os demais setores da sociedade civil organizada e, em consequência, manter ativo um viés comunicacional.

De acordo com a escritora Maristela Mafei, na obra *Assessoria de Imprensa: Como se relacionar com a Mídia* (2004), um órgão de governo, ao promover, por exemplo, a divulgação de uma campanha está interessado no bem comum, que é o esclarecimento da população. Ela explica que, em maior ou menor escala, está em jogo, também, manter a imagem do gestor ou do próprio governo, que serão avaliados mais cedo ou mais tarde pelo público.

Para que se possibilite a ampliação informacional das ações do órgão pela comunicação, algumas estratégias são importantes como ferramentas na operacionalização da comunicação social:

- **Mailing list** (lista que contém a relação dos veículos de imprensa da cidade e da região, que irão receber os contatos contínuos da Comunicação Social. Nomes, telefones e contatos dos jornalistas, repórteres, radialistas,

blogueiros, fotojornalistas são incluídos neste Mailing para facilitar o contato quando houver uma sugestão de pauta);

- **Press Release** (um texto estruturado contendo as informações do fato real encaminhado como sugestão de pauta à imprensa. Neste Press Release, tem as informações necessárias para que o veículo de imprensa possa desenvolver sua pauta com tranquilidade, além dos contatos do órgão para atendimento à imprensa, em caso de dúvidas ou necessidade de mais informações);
- **Press Kit** (também é um recuso estrutural importante no universo da Comunicação Social. Consiste em uma pasta com informações sobre o assessorado – fotos, documentos úteis à imprensa, nomes das autoridades que são as fontes oficiais. São informações patronizadas para serem distribuídas à imprensa nas ocasiões de coletivas e entrevistas individuais);
- **Media Training** (trata-se do treinamento específico oferecido pelas assessorias de Comunicação Social, a fim de preparar os assessorados para melhor atender a imprensa. O treinamento eficaz de uma autoridade ou um porta-voz ajuda o órgão a se portar com muito mais credibilidade perante a mídia, mostrando segurança na transmissão das informações. Inclusive, passa a valorizar a importância da comunicação gestual e da entonação de voz);
- **Workshops ou eventos comunitários** (esta conexão do órgão institucional com a comunidade se faz urgente e necessário, em razão do fato de que se opera, desta forma, uma relação de sentidos, de aproximação, de abertura ao processo dialógico, de construção de pontes que venham a consolidar a identidade e representação social do órgão na comunidade);
- **Clipping** (É uma ferramenta técnica de arquivo de todos os conteúdos que tratam do órgão assessorado que já foram publicados em veículos de comunicação, seja no rádio, no jornal, na televisão, na internet, ou, outros mecanismos de comunicação. Este conteúdo levantado e arquivado também permeia pela decodificação do grau de importância e visibilidade dado. Por exemplo: o tempo no rádio e na TV, o tamanho da matéria ou nota informativa e quantidades de imagens publicadas, se teve chamada de capa – no caso de jornal –, se deu destaque ao discurso da fonte oficial, entre outras observações que analisam a receptividade);
- **Comunicação On line - Newsletter** (que consiste em um encaminhamento periódico – diário, semanal, mensal – de um informativo on line com as principais ações desenvolvidas pelo órgão assessorado. Geralmente, encaminhado via e-mail, redes sociais ou celulares);
- **Website/Rede Social** (portal de notícias ou sites oficiais; podendo ser, também, redes sociais do órgão. Também tem, como objetivo, gerar conteúdo e transmitir informações sobre o órgão assessorado, servindo, inclusive, como fonte de informações para os veículos de imprensa);
- **Relatório de Avaliação** (consiste em um levantamento informacional estatístico encaminhado, periodicamente – diário, semanal ou mensal –, ao órgão assessorado, constando o número de visualizações e interações na internet, de reportagens publicadas na mídia clássica, entre outros dados).

Estas são algumas das ferramentas possíveis para o uso das assessorias de Comunicação Social. Produzir conteúdos e disseminá-los instiga a criação de elos intrínsecos entre a sociedade civil e o órgão público.

O que interessa ao comunicador é executar, em variadas frentes, a tarefa de ajustar a percepção da imagem do seu assessorado ao foco do negócio e/ou atuação. A

organização que apresenta imagem positiva tanto na mídia como entre os públicos diretos dá indícios de possuir uma boa gestão. (MAFEI, 2004, p.46)

Isso quer dizer que esta função – ou, para alguns órgãos públicos, departamentos – se aporta na identificação de estratégias que leve, de forma efetiva, as mensagens do órgão assessorado. Uma Assessoria de Comunicação Social, em qualquer órgão institucional – público ou privado -, possibilita uma ampliação dialógica com os públicos alvos. Quando estes órgãos são referências no âmbito das representações sociais, o que se estabelece é um direcionamento de ótica mais apurada do público alvo para com o órgão. Ou seja, direcionam atenção e respeito, mesmo, por vezes, podendo não concordar com algumas ações; mas, a possibilidade dialógica e a transparência informacional, propicia este estado da arte.

O trabalho do assessor é transformar a informação em notícia. Isso porque é necessária a compreensão de que a informação tem uma função social e intervém nos espaços comunitários onde estão sendo disseminadas. Este trabalho, de Assessoria de Imprensa, deve ser contínuo para que a instituição possa criar um vínculo de confiança com os diversos tipos de veículos de imprensa, bem como com os diversos públicos que estarão consumindo aquela informação produzida e disseminada.

3 DIRETRIZES QUE APORTAM A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PM

Quase todos os órgãos públicos que contam com a contribuição de uma Assessoria de Imprensa ou setor de Comunicação Social, têm diretrizes, normas, ou, um manual de produção comunicacional que serve como instrumento norteador para as produções de conteúdo, de acordo com o aspecto subjetivo de cada instituição. Isso pode, inclusive, contribuir para uma diferenciação nos processos de conceituação da comunicação e exercício prático.

Este aspecto normativo – ou diretriz - já é previsto num documento oficial e norteador da PM: o Vade Mecum de Comunicação Social e Cerimonial da PM-PR. No que tange, especificamente a esta disseminação informações e serviço, o documento enfatiza:

*** Art.44 - São objetivos da assessoria de imprensa:**

I. Manter a opinião pública permanentemente informada sobre as atividades desenvolvidas pela Polícia Militar;

II. Manter os respectivos comandos informados sobre os reflexos e repercussões internos e externos, em decorrência de notícias veiculadas sobre a Polícia Militar;

III. Acompanhar operações de grande vulto, apoiando os trabalhos da imprensa local;

IV. Colaborar com a agilização do fluxo de informações para a imprensa;

V. Promover integração entre a Polícia Militar e a imprensa;

VI. Monitorar as atividades de imprensa nas frações dos diversos segmentos de prestação de serviços da PMPR;

VII. Acompanhar a produção de reportagens sobre a Polícia Militar;

VIII. Preparar o Policial Militar para se relacionar de maneira profissional com toda a mídia.

Os profissionais que atuam no gerenciamento da Comunicação seguem rígidas perspectivas hierárquicas. Portanto, há sempre um mentor que fala em nome da instituição, que esclarece a população. É um processo que requer muito respeito já que, no artigo 45, do mesmo documento, destaca que: “a prestação de informações à imprensa deverá ocorrer através do oficial de comunicação social (OCS), dos oficiais porta-vozes ou militares que se encontrarem no comando de ações/operações ou ocorrências policiais militares, estes devendo se restringir ao fato objeto da informação, sem quaisquer comentários adicionais, principalmente aqueles de caráter pessoal”. Vale enaltecer que a Polícia Militar é órgão de referência em uma comunidade. E esta presença é sentida de forma física e subjetiva nas ações de prevenção, nas rotas de verificação, nos diálogos e atividades sociais e comunitárias, nos eventos e comunicações com outras esferas do poder público, e em muitas outras participações e atendimentos. Outra vertente discursiva importante, também, é a relação de diálogo entre os órgãos de segurança e a imprensa.

Esta é uma relação que precisa estar sempre enriquecida com um canal de comunicação democrático e aberto. Da mesma forma que a imprensa clássica – jornal, revista, rádio – procuram os ambientes de trabalho das forças de segurança buscando informações, entrevistas, dados, soluções, tecendo questionamentos sobre fatos para fundamentar pautas, também há, com o advento das novas tecnologias e acesso mais democrático à internet, um conjunto de informações desconstruídas que são produzidas pelos cidadãos comuns, que podem desconstruir realidades situacionais, permeando por uma leitura subjetiva sem fundamentações. Há, também, nesta esfera de infodemia em que vivemos, uma grande quantidade de fake news que também são produzidas sem a devida checagem.

O profissional de Assessoria de Imprensa tem de ser uma espécie de interface, um tradutor de sentimentos e anseios da opinião pública com relação aos serviços de

uma empresa ou órgão público. Deve estar disponível o tempo todo para atender o colega que não escolhe a hora de a notícia acontecer. Em poucas palavras, podemos explicar que o assessor de imprensa é como um profissional que mantém contato regular com as redações, conhecendo os jornalistas (repórteres, pauteiros, chefes de reportagem e editores), seus interesses e a rotina de seus trabalhos. Sabe como funciona os fluxos de produção e os horários de fechamento (CHINEM, 2003, pág. 39).

O setor de Comunicação Social da Polícia Militar tem esta funcionalidade: atender de forma coerente, responsável, clara e objetiva, a imprensa e os demais órgãos comunitários, esclarecendo e trazendo as informações possíveis.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comunicação pública, em todas as esferas de atuação governamental, é fundamental para a garantia da democracia. Neste presente artigo buscou-se destacar uma reflexão acerca do papel da informação nos órgãos de segurança pública, entre os quais, a Polícia Militar. Faz-se necessário destacar que há uma especificidade conceitual acerca do processo dialógico entre estes agentes públicos e a comunidade, o que denomina-se segurança objetiva e subjetiva. Enquanto que a objetiva se pauta na operacionalização e presença física e estrutural efetiva; a subjetiva evidencia a presença simbólica do estado da arte, ou seja, a compreensão da população de que há, na comunidade, um ator social determinante na esfera da segurança: o policial / agente de segurança. Esta sensação de que há uma base de proteção se faz presente, mesmo que não fisicamente.

Outro aspecto importante pautado neste artigo refere-se a operacionalização da comunicação, ou, a tecnicidade que aporta-se na forma e nos mecanismos usufruídos para fazer chegar à população, as informações, os relatos situacionais, as utilidades públicas, as vozes das lideranças de segurança. Com o advento da internet e a democratização de ferramentas de comunicação, hoje há uma diversidade grande de recursos para disseminar dados, que vão além da tradicional mídia clássica (jornal, rádio, televisão). E, nesta perspectiva, faz-se necessário acompanhar o fluxo informacional, estando preparado para dar respostas e até mesmo produzir conteúdos através destas novas ferramentas. O setor de Comunicação Social da Polícia Militar, que segue normativas e diretrizes específicas pautadas em documentos norteadores, é extremamente importante. Ele aproxima a população e a imprensa do órgão de segurança pública da comunidade. A presente reflexão traz esta temática como essencial para garantia do estado democrático de direito e para a concretização de uma identidade social fundamental para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de Imprensa: Como fazer?* São Paulo: Summus, 2003.

MAFEI, Maristela. Assessoria de Imprensa: como se relacionar com a mídia. São Paulo: Contexto, 2004.

WEY, Hebe. O processo de Relações Públicas. São Paulo: Sumus, 1983.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002

Vade Mecum 4 de Cerimonial Militar do Exército, aprovado pela Portaria do Comando do Exército nº 962, de 21 de dezembro de 2006.

CAPÍTULO 4

O PAPEL ESTRATÉGICO DA INTERSECÇÃO ENTRE A CONDIÇÃO FÍSICA E EMOCIONAL NA AÇÃO LABORAL DO POLICIAL MILITAR

Luiz Ricardo dos Santos¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.4

¹ Policial Militar da PMPR. Bacharel em Administração de Empresa e Administração Rural, Pós - Graduação em Direito Ambiental. Pós - Graduação em Direito Militar. Pós - Graduação em Armazenagem de Grãos e Segurança Alimentar. Pós - Graduação em Gestão Ambiental e Logística.

RESUMO

Faz-se necessário compreender os aspectos que orbitam em torno da representação social dos profissionais da Segurança Pública, como, por exemplo, os policiais, que atuam diretamente na defesa dos preceitos constitucionais e têm, como missão, mobilizar e garantir ações para proteção dos cidadãos. O profundo aspecto da sensibilidade física e emocional que orbitam em torno das complexidades envolvidas ao enfrentamento em conflitos, também chamam a atenção pela importância destes profissionais que colocam sua vida e seu estado de qualidade psicossocial à disposição das atividades laborais prospectadas para a garantia constitucional da defesa aos cidadãos. Atividades físicas e boa condição de saúde mental são alguns dos pontos importantes a que se fazem observar. Este artigo busca esta possibilidade de reflexão sobre a importância do trabalhador da área de segurança pública, sua missão, bem como o papel estratégico da qualidade da saúde e física e mental para a perpetuação de um bom trabalho.

Palavras-chave: Segurança Pública; Qualidade de Vida; Comunicação; Polícia Militar.

ABSTRACT

It is necessary to understand the aspects that orbit around the social representation of Public Security professionals, such as, for example, the police, who act directly in defense of constitutional precepts and whose mission is to mobilize and guarantee actions to protect citizens. The profound aspect of the physical and emotional sensitivity that orbit around the complexities involved in coping with conflicts, also draws attention to the importance of these professionals who place their lives and their state of psychosocial quality at the disposal of the prospective work activities for the constitutional guarantee of defense citizens. Physical activities and good mental health condition are some of the important points to note. This article seeks this possibility of reflection on the importance of workers in the area of public security, their mission, as well as the strategic role of health and physical quality and mentality for the perpetuation of a good job.

Keywords: Public Security; Quality of life; Communication; Military Police.

1 INTRODUÇÃO

A intersecção entre as ações de atividades físicas e a boa condição da saúde mental, faz-se essencial para todo sujeito em uma comunidade. Este aspecto instiga uma ampliação na qualidade de vida, boa disposição laboral e social, equacionando problemáticas que de tempos em tempos tornam-se constantes aos sujeitos, principalmente, aos que vivenciam experiências de estresse. É um arsenal complexo e amplo de benefí-

cios que se fazem essenciais e constantes na vida daqueles cidadãos que abarcam uma percepção de cuidados e respeito ao corpo e a mente. Os cidadãos precisam, sempre, observar este aspecto psicossocial e articular caminhos e estratégias para manter segura a sua saúde física e mental. O ponto de Partida desta reflexão permeia por esta perspectiva, mas, com foco em um público alvo extremamente importante para a toda a sociedade, e que atua, também, na proteção à vida e aos direitos fundamentais dos cidadãos: o Policial Militar. Os agentes de segurança pública são essenciais em uma comunidade, já dedicam sua vida e saúde, na ação de defesa do povo contra criminosos e violências. Este compromisso justifica o porquê de ser tão estratégico este cuidado com a saúde no âmbito laboral. É fato ciente de que Policial Militar depende muito da aptidão física para enfrentar os desafios da profissão. Em muitos casos de enfrentamentos, a sua estrutura de forças é testada muito fortemente. Eles precisam estar preparados para a defesa da vida e o combate à criminalidade. Em algumas situações, é necessário ter domínio para correr, ou ficar horas em pé em alguma operação complexa, suportar várias complexidades que exigem disposição física e mental.

É em razão deste fato que se faz compreensível e estratégico a implementação de programas de treinamentos constantes – entre outros aspectos que orbitam em torno do cuidado com a saúde – sob a perspectiva da prática do exercício físico. Não é incomum encontrar resultados insatisfatórios de condicionamento físico de policiais militares, que descuidam da saúde física e, isso, acabam prejudicando, substancialmente, a prática do trabalho eficiente. Por isso, é importante sempre cuidar do corpo e da mente. Um projeto continuado de acompanhamento da manutenção das valências físicas fundamentais para a carreira segura e eficaz do policial operacional acaba sendo uma estratégia importante, inclusive, para a qualidade do próprio serviço.

E são muitas as patologias decorrentes da falta de uma saúde física eficiente. Quando não há uma seqüência de prática do exercício físico – com ou sem acompanhamento de um profissional da área –, resulta em uma equipe de trabalho com problemas de saúde, como diabetes, pressão arterial alta, problemas de coluna, depressão, obesidade, ansiedade, levando a uma atuação de defesa da sociedade sem adequadas condições físicas e psicológicas. Uma alternativa seria um programa de cursos com profissionais de saúde, como, por exemplo, médicos, fisioterapeutas, psicólogos e profissionais habilitados em Educação Física, para promover atividades e planos de ação, tendo em vista que o policial militar dedica sua vida à atividade constitucional de prevenir e combater o crime na sociedade.

Entre as várias patologias ocasionadas pela inatividade da prática do exercício físico, o sedentarismo e a obesidade, têm sido referências de problemas de saúde física aos profissionais de Segurança Pública. Nos últimos anos esta inatividade física tem

sido fato de contribuição para a elevação do sedentarismo e seus malefícios associados à saúde e ao bem-estar do indivíduo. Tudo isso, e consequência de um novo padrão de vida da sociedade moderna, que desconsidera um ritmo de proteção mais acentuado (SAMULSKI, 2000). Os aspectos do dia-a-dia, às vezes a falta de disposição em razão de alternâncias das estruturas de saúde, carga horária de trabalho, acabam redirecionando hábitos. Estas constâncias nos hábitos, nos últimos anos, acabam resultando em um ambiente adequado para a debilidade física e emocional. Outro aspecto que chama a atenção é que, muitos profissionais que não cuidam da saúde, também acabam promovendo uma dieta errada, com alimentação excessiva e estilo de vida incorreto, o que têm gerado problemáticas sérias.

Isso também é sentido no âmbito da atividade do Policial Militar, exigindo uma reflexão mais acentuada e constante sobre a importância de traçar metas para um hábito mais saudável. Mas não é um processo fácil. Requer dedicação, e ações – programas de atenção a estes profissionais que são essenciais em uma comunidade -. Priorizando ações afirmativas, ou programas de cuidados específicos, se justificam porque a prática de atividade física regular e seus benefícios para a saúde são vistas como estratégicas e aliadas contra as consequências que expressam-se, e sendo um dos fatores para terem maiores probabilidade de desenvolverem doenças crônicas degenerativas. Profissionais e pesquisadores da área da saúde, bem como literaturas relacionadas, ampliam debates sobre este ponto de reflexão na ação laboral.

Diante disso, diversas reflexões científicas acerca do tema são realizados no anseio de ampliar informações e disseminar para a sociedade moderna sobre os malefícios da inatividade física. E, dentre estes estudos, há vários que recortam a reflexão direcionando-a para este público alvo – o agente de Segurança Pública - que enfrenta de forma duplicada a carga de peso da inatividade, quando os profissionais permitem chegar a este nível de desatenção. Primeiro, todo ser humano precisa de cuidados constantes para ampliar sua saúde e aspectos emocionais; segundo, o sujeito de atuação laboral constante em uma comunidade precisa de condicionamento como ferramenta para efetivação do trabalho com qualidade.

A Constancia na atividade física representa diversos efeitos benéficos em relação à saúde física e psicológica, além de diminuir o envelhecimento e prevenir o desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas, as quais são derivadas do sedentarismo, sendo um dos maiores problemas e gasto com a saúde pública nas sociedades modernas nos últimos anos, bem como um dos principais fatores de problemáticas de efeito na saúde do agente de segurança. E é por isso a afirmação de que isso tem sido justificado, principalmente, pela inatividade física e consequentemente influenciada pelas inovações tecnológicas e más hábitos alimentares (GUEDES, 2012).

O que sabemos é que o sedentarismo deixa marcas evidentes, principalmente no âmbito da condição física e da saúde. Com o descuido no âmbito físico, os sujeitos obesos encontram maiores probabilidades de vivenciarem patologias crônicas, desde uma simples “falta de ar” a veias varicosas a outro extremo, como a osteoporose ou condições mais sérias tais como doenças coronarianas, hipertensão e diabetes assim como certas formas de câncer (GUARDA, 2010). Em razão disso, a necessidade de se estabelecer planejamento estratégico que potencialize o cuidado do Estado com os agentes de segurança.

Outra vertente reflexiva importante nesta perspectiva de análise sobre a qualidade de vida é a importância da atividade física, buscando dissociar com a passividade contemporânea resultante das intensas mediações tecnológicas, que prende a atenção e redireciona os sentidos e ações para uma falsa sensação de prazer. São objetos frequentes de reflexões científicas. Tem ocorrido um agravamento nesse sentido, uma vez que as inovações tecnológicas tem favorecido a comodidade das pessoas e consequentemente aumentado o número de pessoas consideradas sedentárias. Desta forma, há uma clara necessidade de hábitos saudáveis de vida, como forma de combater os danos causados à saúde (SAMULSKI, 2000).

A inércia na ação estratégica de atividades físicas, entendendo-a como uma cultura de bem estar psicossocial, evidencia-se como uma das primeiras causas de mortalidades causadas por doenças do sistema circulatório no Brasil. E, aqui, é importante lembrarmos de algumas das doenças predominantemente conhecidas como conseqüências do mal cuidado com o corpo. Destacam-se: doenças cerebrovasculares e doenças isquêmica do coração, que estão aumentando o gasto com a saúde pública os últimos anos, trazendo sofrimento às famílias e complexidades no espaço do trabalho. Em razão desta reflexão, aponta-se que a falta de atividade física tem sido causa do aumento do sedentarismo nas últimas décadas. Aliás, este é um dos principais fatores com gasto em saúde pública e risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares e cardiorrespiratórias na idade adulta.

Neste aspecto de análise, entendemos, então, que a compreensão do papel estratégico da atividade física regular são causas de benefícios, fortalecendo a estrutura psicossocial do indivíduo contra doenças degenerativas tais como, doença coronária, a hipertensão e diabetes. Nesta linha, entendemos, portanto, que as atividades físicas também são recomendadas no tratamento de doença do estado emocional, entre as quais, a depressão e ansiedade. A elevação do nível de atividade física constante proporciona resultados positivos na diminuição da mortalidade da população. Pesquisas destacam a importância da atividade física regular para que se tenha uma boa qualidade de vida relacionada à saúde psicológica. Deste modo, entende que com a prática de

atividade física regular engloba um processo de comportamento preventivo e abranja um maior número de indivíduo na sociedade, tendo, então, que ser vislumbrado como um recurso estratégico para o bom desempenho pessoal e profissional.

Em razão da elevação da criminalidade, principalmente nas grandes cidades e até mesmo nas pequenas, o profissional de segurança pública precisa ter uma atuação afirmativa no âmbito do combate ao crime, com foco na proteção à população e seus direitos fundamentais. Um dos órgãos de representação e atuação firme responsáveis pela preservação da ordem pública e sua restauração, quando necessário, é a Polícia Militar. Nesta reflexão, espera-se, portanto, que os policiais militares além de estarem bem preparados nos aspectos técnico e tático, também estejam bem na sua saúde física e psicológica. A Polícia Militar é um órgão extremamente essencial para a comunidade e a efetivação das políticas públicas de Segurança Pública. São agências laborais estatais de direito público, apontadas em metas definidas na legislação, sendo que esses objetivos são as suas finalidades e competências, expressos na legislação. Diante da importância de seu papel institucional, se faz necessário, também, refletir sobre como estamos cuidando do policial militar na sociedade, principalmente no âmbito da saúde.

Por finalidade do seu papel funcional importante e estratégico desempenhado na comunidade, o agente de segurança pública está exposto a todo tipo de perigo e atua, muitas vezes, sob forte situação de tensão, atendendo diversas formas de situações, como: vias de fato, violência doméstica, ameaça, furtos, acidente de trânsito com vítima, assaltos à mão armada, tráfico de entorpecentes, entre outras que requerem controle emocional, agilidade para soluções, preparo físico e rapidez na observação dos níveis de perigo à sua própria vida. São situações de atendimento de alto grau ou mais corriqueira. Isso justifica o porquê do policial, no seu cotidiano, estar exposto a todo tipo de violência, perigo, tensão e até mesmo morte.

Justifica-se, portanto, a razão de tantas pesquisas que apontam as complexidades emocionais advindas deste fluxo contínuo de ataques intrínsecos à saúde emocional. O agente de segurança pública, tão importante na sociedade, precisa estar sempre motivado e com ampla estrutura de condições de trabalho para desempenhar suas funções operacionais e administrativas, pois, assim, atenderá as expectativas do trabalho. E as exigências de sucesso na ação laboral são constantes, por parte da sociedade, imprensa, órgãos institucionais e etc. A comunidade exige e necessita de policiais competentes, comprometidos com os ideários da organização a que pertencem e sempre dispostos a combater a criminalidade e defender o cidadão. E esses profissionais precisam, também, ser acompanhados e avaliados no que tange às suas condições de saúde, princi-

palmente as questões emocionais, onde o estresse tem um enorme poder de destruição da capacidade de trabalho dos indivíduos.

O profissional de Segurança Pública é preparado para viver constantemente com situações de estresse, mas suas doses excessivas, intensas ou prolongadas podem gerar problemas físicos e psicológicos, e se não controlado podem interferir nas atividades diárias gerando problemas como a perda de produtividade, relacionamentos, dores e acarretando algumas doenças (NAHAS, 2010).

Neste universo dos profissionais da segurança pública, a saúde e a aptidão física são aspectos de suma importância para o desenvolvimento pleno laboral. O treinamento físico precisa ser permanente para poder preparar, com excelência, o profissional de segurança pública nas suas missões. A análise se dá porque, às vezes, a visão do treino está focada em um viés operacional mais evidente, o que dificulta a aplicação de princípios dos treinamentos físicos com foco na individualidade biológica. Contudo, como sua influência sobre a saúde atende, da melhor forma, aos interesses do militar, relacionando-se com o seu bem-estar e, conseqüentemente, melhorando a qualidade de vida de seus praticantes, tais benefícios tornam-se mais relevantes e duradouros (ROCHA, 2008). As estratégias, ótica da prática dos exercícios físicos, têm evidenciado a minimização de fatores de risco, propiciando, por exemplo, melhora no metabolismo das gorduras e carboidratos, controle de peso corporal e, muitas vezes, controle da hipertensão.

Faz-se necessário ressaltar, ainda, que reflexões científicas indicam que indivíduos ativos fisicamente têm uma expectativa ampliada de anos de vida produtiva e independente, e que custos relativos à saúde pública podem ser sensivelmente menores em populações mais ativas fisicamente (NAHAS, 2006). A constância na prática regular de atividade física possibilita evitar as doenças crônicas degenerativas, em razão de uma série de alterações fisiológicas e psicológicas e por diminuir as despesas com tratamentos e os índices de afastamento do trabalho.

Palma (2000) destaca que, a atividade física regular, tem sido destacada pelos efeitos saudáveis nos sujeitos. Além disso, é uma excelente alternativa para o combate ou prevenção de doenças crônico-degenerativas. Em razão disso expressa-se que a qualidade de vida está associada a ampliação da prática dos exercícios físicos, de uma nova cultura de cuidados, principalmente para os que atuam diretamente em ações que exigem ótimas condições físicas e psicológicas.

2 PERCEPÇÕES DA INTERFACE ENTRE ASPECTOS FÍSICOS E PSICOSSOCIAIS

Aponta-se como um dos aspectos mais essenciais nesta relação de aptidões e condicionamentos, a intersecção entre o físico e o mental na atuação laboral. A elevação no nível de estresse é cada vez mais constante, fazendo parte da vida cotidiana de muita gente. A doença do século, como é considerada, é na verdade uma consequência de uma somatória de fatores intrínsecos e expressos do indivíduo, de suas experiências, e iniciativas – ou não – de cuidados. Caso esses fatores não sejam controlados desde seu início, poderão causar uma série de complicações à saúde.

O bom funcionamento dos processos mentais e sua manutenção por parte do indivíduo fazem com que haja um equilíbrio na psique humana, auxiliando para que as perturbações do dia a dia não desenvolvam patologias e não causem a sensação de esgotamento, contribuindo no sentido de fornecer subsídios para o enfrentamento das agitações do cotidiano, que vem sendo cada vez mais conturbado e exigindo muito das pessoas a partir da contemporaneidade (SVARTMAN, 2011).

Esta relação de sensível de vulnerabilidade diante do estresse está associada com a capacidade do indivíduo de lidar com os eventos estressores. A forma como o indivíduo lida com eles é fundamental para que se desenvolva um quadro de estresse. As percepções destes sintomas do estresse acontecem, de maneira mais acentuada no nível físico do sujeito, como: aumento da sudorese, nó no estômago, tensão muscular, taquicardia, hipertensão, aperto da mandíbula e ranger de dentes, hiperatividade, mãos e pés frios, náuseas, entre vários outros.

No âmbito da vertente psicológica, várias percepções podem ser apontadas: ansiedade, tensão, angústia, insônia, alienação, dificuldades interpessoais, dúvidas quanto à sua própria autonomia narrativa social, preocupação excessiva, incapacidade de concentrar-se entre outras temáticas acerca, além de complexidades para relaxar, tédio, ira, depressão, hipersensibilidade emotiva. Mas também é importante destacar que há fases no estresse. As pesquisas indicam, por exemplo, um o modelo trifásico: alerta, resistência e exaustão. Esse modelo é o mais conhecido, nas construções epistêmicas deste processo. Lipp (2000) denomina outra fase, que fica entre a resistência e exaustão, a quase-exaustão.

O ambiente de socialização laboral – local de trabalho – e o clima organizacional das atividades podem acabar influenciando, naturalmente, o estresse do policial militar, sintetizando aspectos elevados em relação aos relacionamentos e até na qualidade do trabalho. Mas não é só isso. Há vários outros fatores que podem contribuir com a elevação do estresse: condições de trabalho, pressão, problemas familiares, doenças,

problemáticas financeiras, e outros aspectos que podem contribuir para a desconstrução de um equilíbrio construtivo.

O trabalho do policial militar requer muita coragem, habilidade, treinos, equilíbrio emocional. Ele coloca os policiais em contato com situações de eventos críticos, podendo, inclusive, resultar em mortes, acidentes e até mesmo desastres envolvendo vítimas, e isso, naturalmente, pode culminar em problemas psicológicos. Muitos profissionais, depois de passarem por situações traumáticas, se recuperam desse tipo de experiência; entretanto, há os que poderão ser seriamente afetados, vindo a desenvolver uma condição mais grave chamada Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT), que é o mais grave e incapacitante dos transtornos relacionadas ao estresse.

Justifica-se, assim, que isso pode ser um grande problema para a saúde do profissional, quanto, também, para o direcionamento laboral de excelência, que espera-se em uma comunidade. Nesta perspectiva reflexiva, entende-se que o profissional de Segurança Pública – seja o policial militar ou de outro órgãos de Segurança – pode ser acometido, em algum momento de sua vida profissional, ao desafio do enfrentamento contra os malefícios causados pela depressão, e outros problemas emocionais, muito caracterizados por esta junção de situações provocadas pelo cotidiano do trabalho, mas, também, pela falta de cuidados, de uma cultura de práticas de exercícios contínuos, que poderiam melhorar não apenas a questão do condicionamento físico, mas, também, contribuir muito com o advento de estratégias para o cuidado emocional. Faz-se necessário, então, que se estabeleçam programas de atenção psicossocial continuamente, já que trata de um público alvo do universo profissional, que requer atenção.

Atenta-se a esta temática, também, outra questão importante: vertente da a qualidade de vida e da ampla observação sobre os potenciais problemas psicossociais e físicos decorrentes da falta de práticas continuadas de uma cultura de atividades físicas. Além disso, o reconhecimento da sociedade faz-se sempre oportuno, já que a representação social dos policiais militares, nos ambientes onde estão inseridos, são necessários para o fundamento do pilar da segurança pública em uma comunidade. Uma comunidade é composta por vários organismos de organização pública e privada, vários conselhos comunitários, agrupamentos sociais, igrejas, imprensa e várias outras alternativas que compõem a chamada sociedade civil organizada.

Esta integração de forças e de reconhecimento ao trabalho do policial militar e dos demais agentes de segurança pública, faz-se urgente e necessária. São agentes públicos que dedicam a vida na proteção dos cidadãos, dos seus direitos fundamentais.

Por isso, chama atenção à reflexão de importância que estes profissionais têm na comunidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São múltiplas as relações de conflitos psicossociais vivenciados diariamente pelos profissionais de segurança pública. E elas estão relacionadas a vários aspectos que se fazem necessário observar. Além da vertente da representação social, onde se destaca o papel do policial enquanto ator social ativo dentro de um cenário comunitário, legitimando a proteção do cidadão e da garantia dos direitos fundamentais, também existem aspectos outros que nos chamam a atenção

Cada vez mais percebe-se que a atividade física vem ao encontro da qualidade de vida. Inúmeras pesquisas comprovam isso. E ela contribui com a ampliação da qualidade psicossocial, emocional, na saúde física e na qualidade laboral. Praticar exercícios físicos contribui, amplamente, para o bem estar social, para a melhora no condicionamento físico, mas, também, é determinante no aspecto da qualidade emocional. Diversas doenças são combatidas quando o sujeito tem uma cultura de prática continuada dos exercícios. Faz bem ao corpo e a mente. Faz bem a excelência do trabalho.

Mas também faz-se urgente um comprometimento. A qualidade de vida requer atitudes de comprometimentos com a escolha de hábitos saudáveis, principalmente atividades físicas regulares e a busca por alternativas que tragam tranquilidade emocional, equilibrando o estado de espírito do sujeito. Entende-se que os hábitos de vida adquiridos pela sociedade moderna, foram sem dúvida a praticidade advinda dos avanços tecnológicos que proporcionaram comodidade com a utilização de recursos até então inexistentes. Estamos muito reféns das tecnologias como norteadores de sentidos e prazer. Precisamos mudar isso.

Neste campo está um dos profissionais mais importantes da sociedade: a polícia militar – agentes de Segurança Pública. São profissionais atuantes que defendem, com dedicação, os cidadãos e a garantia dos direitos constituídos. São os profissionais que estão na linha de frente contra os malefícios da criminalidade, às vezes, colocando sua vida em risco, para defender a população. Portanto, vivenciam experiências de conflitos psicossociais, como o estresse, patologias diversas. Como recurso para a ampliação da qualidade de vida está o condicionamento físico e emocional, busca contínua para que estabeleça qualidade de vida e laboral.

Os investimentos às políticas de segurança pública precisam, também, contemplar o estado de saúde física e emocional destes valorosos profissionais, com programas voltados ao reconhecimento da importância das atividades físicas no dia-a-dia

dos profissionais, atuando em várias frentes de cuidados. Este artigo buscou trazer um pouco de reflexão acerca deste binômio, tão importante, que orbita em torno do profissional de segurança pública.

REFERÊNCIAS

SAMULSKI, D. M; NOCE, F. A importância da atividade física para a saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários ufmg. Rev. Bras. Atividade Física e Saúde. V. 5, n.1, 2000.

MENDES, B. et al. Associação de fatores de risco para doenças cardiovasculares em adolescentes e seus pais. Revista Brasileira de Saúde Materna Infantil. v. 6, Supl. 1, Recife, maio, 2006.

GUARDA, F. R. B. Frequência de Prática e Percepção da Intensidade das Atividades Físicas mais Frequentes em Adultos. Fundação de Educação Superior de Olinda. Pernambuco, Brasil. Rev. Pam-Amoz Saúde, 2010.

GUEDES, D. P; NETO, J. T. M; GERMANO, J. M; LOPES, V; SILVA, A. J. R. M. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa fitnessgram. Rev. Bras. Med. Esporte. Vol. 18, Nº 2 – Mar/Abr, 2012.

SAMULSKI, D. M; NOCE, F. a importância da atividade física para a saúde e qualidade de vida: um estudo entre professores, alunos e funcionários ufmg. Rev. Bras. Atividade Física e Saúde. V. 5, n.1, 2000.

NAHAS, M. V. Atividade física, saúde e qualidade de vida: conceitos e sugestões para um estilo de vida ativo. 5. ed. rev. atual. Londrina: Midiograf, 2010. 318p.

ROCHA, C. R. G; FREITAS, C. R; COMELARTO, M. Relação entre nível de atividade física e desempenho no teste de avaliação física de militares. Revista de Educação Física, Rio de Janeiro n. 142, p.19-27, set. 2008.

BARETTA, E; BARETTA, M; PERES, K. G. Nível de atividade física e fatores associados em adultos no município de Joaçaba, Santa Catarina, Brasil. Caderno Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(7):1595-1602, jul, 2007.

PALMA, A. Atividade Física, processo Saúde-Doença e Condições SócioEconômicas: uma revisão de literatura. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, v.14, n.1, p. 97-106, jan./jun.2000.

PAFARO, R. C; MARTINO, M. M. F. Estudo do estresse do enfermeiro com dupla jornada de trabalho em um hospital de oncologia pediátrica de Campinas. Revista Escola de Enfermagem. v. 38(2). p. 152-160. 2004.

LIPP, M. N, TANGANELLI, M. S. Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: Diferenças entre homens e mulheres. Psicologia: Reflexão e Crítica, n.15(3), p. 537-548, Campinas, 2002



CAPÍTULO 5

PROJETOS DE COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO PARA AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: UMA PROPOSIÇÃO POSSÍVEL

Sebastião Antônio dos Santos¹

DOI: 10.46898/rfb.9786558891062.5

¹ Licenciatura em Geografia. Pós - Graduação em Direito Militar. Policial Militar PR

RESUMO

O Presente artigo tem como finalidade ampliar o debate e informações a respeito da intersecção comunicação e educação em projetos pedagógicos nas escolas cívico - militares. Além de contribuir com o aspecto da modernização dos sistemas de aplicação pedagógica, dinamizando processos didáticos, o uso das novas tecnologias em projetos de comunicação e educação também possibilita com o que os temas diversos da formação humana sejam democraticamente explicitados nestes ambientes educacionais. Desta forma, aporta-se, também, na área de ciência da Educomunicação, que formula estes campos através pólos norteadores de mediações tecnológicas, gestão da comunicação, educação para os meios, artes e outras manifestações de expressão, além das reflexões epistemológicas. Este artigo trata-se de uma proposição para modernizar sistemas de ensino, através da produção da comunicação.

Palavras - Chaves: Escolas Civico-Militares, Tecnologias, Educomunicação, Gestão.

ABSTRACT

This article aims to expand the debate and information about the intersection of communication and education in pedagogical projects in civic - military schools. In addition to contributing to the aspect of the modernization of pedagogical application systems, streamlining didactic processes, the use of new technologies in communication and education projects also allows the diverse themes of human formation to be democratically explained in these educational environments. Thus, it also contributes to the area of Educommunication science, which formulates these fields through the guiding poles of technological mediations, communication management, education for the media, arts and other expressions of expression, in addition to epistemological reflections. This article is a proposal to modernize teaching systems, through the production of communication.

Palavras - Chave: Civico-Military Schools, Technologies, Educommunication, Management.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da internet e a democratização de ferramentas e recursos tecnológicos que se acoplam às didáticas e às formas de transmissão de conhecimentos, faz-se necessário, portanto, que as instituições de ensino que buscam uma pavimentação de escola moderna e escola modelo redirecionem a ótica de seus projetos político - pedagógicos contemplando a inserção das novas tecnologias e da produção de comunicação na escola para que, tanto a prática docente, quanto a absorção do conteúdo programático estabelecido seja eficiente e contemporâneo.

Em razão desta perspectiva, o presente artigo busca fazer uma proposição para uma relação entre estas novas tecnologias e o uso dos recursos midiáticos nas escolas cívico – militares, como forma de ampliar a qualidade de ensino, os conhecimentos gerais e a modernização. Mas antes de falar sobre esta relação da Comunicação e Educação nestas unidades específicas de ensino, é importante destacar o que compreende a Escola Cívico – Militar. O Governo Federal instituiu um Decreto N°10.004, de 05 de setembro de 2019, que trata da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, com a finalidade de promover a melhoria na qualidade da educação básica no ensino fundamental e no ensino médio. Desenvolvido pelo Ministério da Educação com o apoio do Ministério da Defesa, este formado e sistema educativo está sendo implementado em colaboração com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal na promoção de ações destinadas ao fomento e ao fortalecimento das Escolas Cívico-Militares – Ecim. De acordo com a Portaria N° 2.015, de 20 de novembro de 2019, o programa passou a ser regulamentado. Muitos Estados e municípios do país já passaram a aderir este sistema. No que tange à estruturação o Programa de Escolas Cívico-Militares, que começou a ser estruturado no primeiro semestre de 2019, a partir da criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares que é responsável por propor, desenvolver e implantar um modelo de escola de alto nível como projeto nacional, tem, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares, a missão de propor um modelo moderno e que instigue a alta qualidade.

No sistema Cívico – Militar, os militares colaboram na vertente da gestão educacional e não têm influência na ocupação de espaço dos professores, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e outras legislações. Esta colaboração serve para manter a ordem, trabalhar os aspectos da disciplina, da ética e respeito, contribuir com a eficácia na modernização do sistema de ensino e nas proposições de estratégias que busquem a excelência no processo de ensino e aprendizagem. Cada vez mais é percebida a importância desta alternativa de relação entre a escola e outros órgãos, com a finalidade de unir forças e estabelecer proteção às crianças e adolescentes, bem como aos demais atores sociais de uma unidade escolar, primando pela perpetuação de caminhos para emancipação.

Desta forma, paira pela garantir de formação de qualidade, no âmbito da formação humana e cidadão, como, também, na formação intelectual, com o advento de um sistema de ensino direcionado à alta qualidade. Preparando-os, assim, para enfrentarem os vestibulares e concursos, conquistarem espaços de sucesso no mercado de trabalho, ser cidadãos de bem, que construam suas histórias colaborando com a construção de uma sociedade justa, prospera, de respeito ao próximo. Estas missões da escola cívico – militar, construída sob o viés do compartilhamento das autoridades educacionais, militares e em conjunto com a sociedade civil, propicia uma possibilida-

de para o bom desenvolvimento das crianças e jovens no país. E é permeando por este campo reflexivo, que este artigo se propõe a sugerir uma perspectiva importante para a modernização do sistema de ensino: a intersecção entre a comunicação e educação.

Sabemos que as novas tecnologias na educação têm mudado, radicalmente, os processos de absorção dos conteúdos programáticos, bem como, estabelecido novas ferramentas didáticas, que dinamizam didáticas. Mídia Education, Educomunicação, Cultura Maker e várias outras áreas de ciência têm se dedicado a explicar a importância de trabalhar a relação da comunicação e da educação dentro da sala de aula, com a produção de mídias, a leitura crítica, e outras formas de decodificar o processo de construção da informação, instigando uma possibilidade de criticidade. Este artigo permeia por esta linha de pesquisa – a da Educomunicação, das Tecnologias na Educação, da Leitura Crítica ds Mídia em sala de aula, da modernização da prática docente, da formação de professores para o entendimento dos conceitos e o uso dos recursos midiáticos como forma ferramentas para dinamização e enriquecimento de suas práticas -.

2 ENTENDO ESTA CONEXÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO

Já não se pode mais negar que as aproximações entre as práticas educativas e os processos comunicativos estreitaram-se, consideravelmente, no mundo contemporâneo. Há um embate entre as tradicionais agências de socialização – escola, família, espaços da sociedade organizada – na afirmação dos papéis de protagonismo do processo de formação e consolidação cultural. O problema é que, além desses, há outra poderosa agência de socialização que, a cada dia, acaba tornando-a mais protagonista neste processo de formação humana: a mídia. No senso comum, o professor entra na sala de aula com um tradicional currículo pedagógico e enfrenta um público-alvo pós-moderno, envolto às novas tecnologias e a uma nova cultura de absorção de informações e conhecimentos, num ciberespaço onde o fluxo de dados permeia por um atrativo dinâmicos e relacional.

São estudantes crianças e jovens consumidores de mídia, durante todo o dia, seja pela televisão, pelo jornal, pela emissora de rádio, pela internet ou pelos aplicativos de socialização como o Facebook, WhatsApp, Instagram, Youtube. O aluno, público-alvo da escola, entra do portão para dentro, detentor de competências e habilidades midiáticas. Ele sabe criar uma rede social, montar um jogo eletrônico, tratar imagens, produzir um “esqueleto diagramático de um produto de jornal”, consegue até editar um vídeo pelo computador ou, até mesmo, pelo celular; os sentidos e os significados de suas produções subjetivas e estéticas figuram por um tempo-espaço que provoca uma série de tensões e rupturas de paradigmas. O público-alvo da escola é pós-moderno,

porque da porta para fora, o novo mundo educativo (muito pautado no informal ou não formal) exige e incentiva essas novas aquisições de conhecimentos. E eles – os alunos – são rápidos nessas absorções. Há um mundo novo acontecendo do lado de fora da escola e, concomitantemente, a margem dos modelos de formação de professores e gestores. É um fenômeno.

A questão é: Como a escola e o professor estão preparados (ou preparando-se) para lidar com essa situação e mediar todo este processo discursivo educativo? Essa questão justifica parte do porquê da necessidade dos professores ampliarem habilidades e da academia redirecionar a ótica dos planos de formação dos futuros professores e das pesquisas nesse norte, reconfigurando processos de saberes e acoplando novas prospecções de paradigmas, especialmente, voltadas à compreensão do papel da comunicação (que não se trata só do advento das novas tecnologias) na escola e na formação docente.

Outra questão importante: Se as produções de conteúdos das mídias estão sendo cada vez mais facilmente absorvidas pelos atores sociais que permeiam pela escola, como os professores podem atuar, auxiliando na educação para/pelo/com os meios de comunicação (leitura crítica), ou seja, na filtragem e debate sobre essas produções, já que o conteúdo midiático absorvido é, quase sempre, conteúdo ausente de pluralidade e diversidade, característica da mídia de massa?

Se parece um embate desleal na percepção cultural dos sentidos e dos valores, por que também não produzir e usar as ferramentas da comunicação como o rádio, o jornal, a internet, a fotografia, o podcast, o blog e o audiovisual para dinamizar o processo de ensino-aprendizagem? Essas mídias instigam a criatividade no processo de produção de narrativas, ampliam a socialização, a dinâmica da intersecção de saberes, o desenvolvimento de novas habilidades e competências, atua na ampliação de estruturas de linguagens, inspira o embate subjetivo e, em conseqüência, os caminhos para o pensar.

O desafio, hoje, portanto, para os professores, é como lidar com este binômio comunicação e educação, porque, nem sempre, são preparados em suas formações à respeito. Para isso, existem alternativas que se podem mobilizar. Além disso – e fundamentalmente – nos seus processos de formação, os professores não são formados para entender como decodificar esses mecanismos da construção da informação e as ferramentas das mídias, nem tampouco, em como trabalhar uma pedagogia voltada para a leitura crítica da mídia, para a educação para os meios e para o uso dessas ferramentas como alternativas pedagógicas.

De um lado, muitos pesquisadores, há muito tempo, defendem a importância dessa interface e propõem reflexões e atividades pedagógicas que dinamizam o processo de ensino-aprendizagem; do outro lado, há pesquisadores que tecem críticas à uma possível improdutividade e superficialidade desses conteúdos e ferramentas de mídia na escola. Esse conflito, para muitos pesquisadores, é fruto de preconceito e não entendimento do avanço pós-moderno em que o sistema educacional vivencia.

Diante dessa polêmica que emerge a interface destes campos e do fato de que não se pode mais negar a aproximação existente entre a comunicação e a educação - e entre ambos e as novas tecnologias -, esta reflexão se faz urgente e espera contribuir com a ampliação informacional e as dinâmicas possíveis para auxiliar o professor em seu processo de formação docente. E são nas proposições educacionais que encontramos caminhos eficazes, epistemologicamente, para os debates sobre a modernização e contextualização do sistema pedagógico.

A intersecção entre os campos da educação e da comunicação tornou-se uma importante área de pesquisa e ação de especialistas e formadores de opinião, em todo o mundo, que observam, com preocupação, o processo dialógico desses campos na área da formação dos professores. Essa preocupação é compartilhada, principalmente, pelos professores que entendem a influência contemporânea das ferramentas dos meios de comunicação no processo de formação das pessoas, mas que vivenciam a realidade de não saberem como lidar com isso, já que, em muitos casos, a escola vivencia uma realidade de distanciamento, que não reflete com esse avanço. Justifica-se, com esta perspectiva reflexiva, a missão de fomentar a produção de conhecimento e a formação de professores envolvidos à pesquisa e à construção de caminhos metodológicos, didáticos, para a consolidação de uma educação transformadora e contemporânea.

A produção da cultura, inovação nos ambientes educacionais e suas relações com a sociedade por meio da comunicação, portanto, são temáticas fundamentalmente importantes para a educação e emergem pesquisas relacionando essas interfaces. Em termos de relevância científica, são muitas as experiências que tratam de entender o papel da comunicação no processo de formação docente, suas intervenções positivas dentro do espaço escolar e o uso das ferramentas, visando a ampliação de coeficientes comunicacionais.

O professor será mais importante do que nunca, pois ele precisa se apropriar dessa tecnologia e introduzi-la na sala de aula, no seu dia-a-dia de forma pessoal e profissional, da mesma forma que um professor, que um dia, introduziu o primeiro livro numa escola e teve de começar a lidar de modo diferente com o conhecimento - sem deixar as outras tecnologias de comunicação de lado. Continuaremos a ensinar e a aprender pela palavra, pelo gesto, pela emoção, pela afetividade, pelos textos lidos e escritos, pela televisão, mas agora também pelo computador, pela informação em tempo real, pela tela em camadas, em janelas que vão se aprofundando às nossas vistas (...). (GOUVÊA, 2001, p.139).

Mas é preciso compreender que parte deste compromisso de rupturas de paradigmas discursivos é missão, também, da academia, quando em processo de formação de professores e projetos de extensão; e da Escola, em suas ações de capacitação continuada dos docentes e formação dos gestores. Faz-se necessário o currículo adequado à contemporaneidade, para que, assim, ele reproduza na escola em que atua - ou irá atuar - esta leitura de modernização e novas práticas educativas. Este fenômeno, calcado na relação da comunicação e educação, apresenta muitos aspectos que orbitam em torno da compreensão dos efeitos.

As diversas teorias da comunicação e as teorias da aprendizagem, atualmente, se convergem eficazmente. Ou seja, deixam de ser apenas transmissoras de informações ou conhecimentos, para se tornarem mediadoras compreendidas como modelo interpretativo e relacional de apropriação de conhecimento. A comunicação está em todo lugar e em tudo o que fazemos, ela está no uso das linguagens, no uso das palavras, nos discursos, sons, imagens, narrativas, e outras. A comunicação é utilizada para nossas relações humanas, para organizar nossas compreensões das estruturas das linguagens e desempenha um papel importante na vida social das pessoas.

Dessa forma a educação tem um papel importante no processo de comunicação: o de ensinar como se comunicar, como trabalhar a interpretação, compreender os sentidos, quais são as formas e os meios de se comunicar e como tecer análises críticas, promovendo um amplo desenvolvimento psicossocial e uma construção de subjetividades. Por isso, faz-se importante a escola não rejeitar os planejamentos pedagógicos usufruidores dos meios de comunicação, mas, trabalhar com eles, se apropriar do processo de construção e de leitura crítica para entender os seus alunos, a nova escola, os novos processos de formação.

Entretanto, a escola é uma instituição orgânica, formada por alunos, gestores e docentes, além de outros atores sociais. O norteamento dos processos, também sofrem intervenções de diretrizes estabelecidas pelas políticas públicas. Portanto, o estudo destes fenômenos das interfaces comunicação e educação, precisa, também, ultrapassar a esfera da prática docente, permeando, também, por todo o ambiente educacional, o que alguns autores chamam de ampliação de ecossistemas comunicacionais democráticos.

A profunda concepção pragmática que envolve o binômio comunicação e educação gerou estudos e pesquisas desenvolvidos pelo Núcleo de Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (NCE-ECA/USP), entre os anos de 1997 e 1999, envolvendo cerca de 178 coordenadores e pesquisadores de projetos relacionados à convergência destes campos de várias partes da

América Latina. A missão era pesquisar, fundamentar, desenvolver e solidificar um novo campo de conhecimento denominado 'Educomunicação' que, segundo o coordenador da pesquisa, professor Ismar de Oliveira Soares, "não é entendido somente como uma área voltada à compreensão dos efeitos da mídia sobre os usuários e sim, um campo que inaugura um novo paradigma discursivo transversal, estruturando-se, pois, de um modo processual, mediático, transdisciplinar e interdiscursivo, sendo vivenciado na prática dos atores sociais através de áreas concretas de intervenção social" (SOARES, 1999, p.65).

O termo é atribuído primeiramente ao uruguaio Mário Kaplún, que o definia como sinônimo de *educación a los medios*, ou conceito da *educação comunicativa*; resignificado pela equipe de Soares que entendeu que este conceito poderia ganhar um novo significado e, desta forma, abranger todas as ações advindas. Segundo sua afirmativa as pesquisas permitiram repensar o conceito emprestando-lhe uma nova roupagem. Isso passa a ocorrer quando ao binômio Comunicação e Educação, se acrescentam os conceitos de Cultura e Cidadania.

É a partir deste novo contexto que definimos a Educomunicação como um 'campo de intervenção social', e não apenas como o emprego educativo de tecnologias ou o cuidado seletivo na escolha de um canal de Tv para nossos filhos ou alunos, ou mesmo como o uso dos meios de comunicação com finalidade educativa formal. O que milhares de agentes sociais fazem hoje é intervir através de uma ação positiva para que tenhamos um número cada vez maior de pessoas inter-relacionadas em verdadeiros ecossistemas comunicativos marcados pela liberdade, densidade e fluidez de suas expressões. (SOARES, 2004).

O autor afirma que o conceito da Educomunicação surge na prática de observar o comportamento e decodificar a essência social dos dois pólos convergentes. Visa, também, propor um profundo diálogo com os sistemas de meios de comunicação. Este processo já é identificado na sociedade latino-americana, especialmente nas décadas de 70 e 80, nas ações de um grande número de atores sociais, vindos de diversas áreas e segmentos, que usavam a comunicação como uma ponte para a libertação popular, a chamada "comunicação alternativa". Eram agentes sociais que estavam lutando por uma causa específica: colocar na pauta da sociedade, temas que julgavam necessitar de uma atenção emergencial.

Sua principal premissa é a identificação, neste processo, de uma nova perspectiva para as práticas educacionais. Segundo ele, a Educomunicação traz o reconhecimento da importância da comunicação na vida da sociedade contemporânea e, em decorrência, o espaço educativo passa a se transformar num espaço comunicativo, mais dialógico, com mais desenvolvimento, com reconhecimento das estruturas de linguagens. Começa-se, então, a discutir até a própria arquitetura da escola. Segundo o autor, as

peças se olham entre quatro paredes, enquanto a comunicação derruba paredes. “A escola tem que se repensar, pela Educomunicação, até no seu espaço físico”

Configurando-se como um novo campo de atividades sócio-culturais como prática pedagógica emancipatória, apresentando a intersecção destes dois pólos do saber, comunicação e educação, como ciências complementares nessa nova tendência didática, o debate reconhece a educomunicação como portadora da função de clarear o universo midiático para o sujeito, democratizando seu processo de recepção educativa e desenvolvimento cognitivo. Ou seja, oferece subsídios teóricos e práticos para que este mesmo sujeito decodifique o processo de construção da informação e se configure como protagonista do ato de ler o mundo onde vive, de interpretá-lo, de produzir, de firmar como ator social ativo; isso, claro, fruto de uma educação para a criticidade.

Para melhor decodificar este processo, esta ampla pesquisa desenvolvida pela Escola de Comunicação e Artes e que configura este novo paradigma interdiscursivo transversal, sistematizou ao se pensar a abrangência da educomunicação, quatro áreas específicas de intervenção social. São elas: Educação para a Comunicação; Mediações Tecnológicas na Educação; Gestão Comunicativa e a área da Reflexão Epistemológica. Estes polos norteadores propõem uma perspectiva de aplicabilidade de estratégia pedagógica que fomente esta discussão de modernização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Escolas Cívico – Militares, regulamentadas pelo Governo Federal em 2019 no Brasil, trata de uma alternativa de intersecção na gestão educacional, pautada pela união de forças entre a sociedade civil e os militares – de reserva ou não -. Este sistema educacional compartilhado tem a missão principal de encontrar fórmulas de educação de excelência, num esforço didático e pedagógico para a aplicabilidade de caminhos para um enriquecimento da educação. Os alunos – crianças e adolescentes – encontram carga horária ampliada e ferramentas diversas que modernizam o sistema de ensino compartilhado, pautado num conjunto de expectativas da sociedade civil, autoridades educativas e militares.

Claro que, o diferencial deste sistema de ensino, além de ampliar a qualidade da educação preparando os alunos para sucesso nos processos seletivos dos vestibulares e concursos públicos, também é formar cidadãos comprometidos com a sociedade, com a justiça, com a ética, e com o compromisso de contribuir para a construção de uma comunidade solidária, próspera, que respeita direitos e deveres. Neste campo de perspectiva, este artigo propõe-se a apresentar uma reflexão sobre a importância da modernização no sistema de ensino, usufruindo recursos das novas tecnologias

em sala de aula, mediando os fluxos de transmissão dos conhecimentos; bem como, a produção de mídia e até mesmo a educação para os meios, instigando a Leitura Crítica.

Estas possibilidades já são debatidas há alguns anos por grupos teóricos que tratam da interface comunicação e educação, com projetos, pesquisas, políticas públicas e proposições que têm contribuído com a melhora na educação. Este projeto fala, ainda, da formação de professores. Ou seja, como eles estão contemporaneizando os processos didáticos, buscando modernizar e qualificar a educação, utilizando os recursos midiáticos. É nesta esfera que este artigo apresenta-se como uma proposta a ser analisada para a inserção educacional nas escolas cívico - militares, almejando a excelência e a garantia dos direitos de acesso a uma educação plena e transformadora.

REFERÊNCIAS

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação, a emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais, in Contato, Revista Brasileira de Comunicação, Arte e Educação, Brasília, ano 1, n.2, jan/mar. 1999, p. 5-75

KAPLÚM, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. Revista Comunicação & Educação, São Paulo: Moderna/Eca-Usp, jan./abr.de 1999. p.68-75.

MEC, Mídia e Educação, Perspectivas para a Qualidade da Informação, Brasília, 2000

MORAN, José M., A Educação que desejamos: Novos desafios e como chegar lá - Campinas, SP. Papirus, 2007

GOUVÊA, M. C. S. Infância, sociedade e cultura. In: CARVALHO, A., SALLES, F., GUIMARÃES, M. (Org.). Desenvolvimento e aprendizagem. Belo Horizonte: Ed. PROEX-UFMG, 2003.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei 9.394/96. Disponível em: . Acesso em: 28/12/2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: D.O. 5 de outubro de 1988. Disponível em: www.mec.gov.br/legis/default.shtm. Acesso em: 28 dez. 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações 14, 15, 17, 19, 20, 24, 25, 28, 29, 30, 31, 32,
37, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 48, 49, 51, 59, 63, 64

C

Comunicação 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33,
36, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 58, 60, 61, 62, 63, 64,
65, 66

E

Educação 25, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 42,
43, 48, 58, 60, 63

Escola 25, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43,
48, 58, 60, 63

F

Física 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 42, 43, 46,
47, 48, 49, 50, 51, 54, 55

I

Imprensa 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 46, 47,
48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 63, 64

Informações 25, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 39, 40, 41,
42, 43, 48, 58, 60, 63

P

População 25, 27, 30, 31, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 42,
43, 48, 58, 60, 63

Profissional 12, 13, 14, 18, 19, 20, 25, 26, 27, 28, 30,
31, 32, 33, 42, 43, 47, 50, 51, 53, 55, 62

S

Saúde 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 46, 47,
48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55

Segurança 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 46, 47,
48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 63, 64

Sociedade 13, 25, 28, 32, 36, 37, 38, 39, 40, 43, 47,
48, 50, 53, 54, 59, 60, 62, 64, 65, 66

V

Vida 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 46, 47, 48, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 55, 63, 64





COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

PERSPECTIVAS PARA REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 1



COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA PÚBLICA

PERSPECTIVAS PARA REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

VOLUME 1

